

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EDUARDO FREDERICO ZADOROSNY OSORIO

**AS MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE NA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA**

Porto Alegre

2015

EDUARDO FREDERICO ZADOROSNY OSORIO

**AS MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE NA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Zadorosny Osorio, Eduardo Frederico
AS MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE NA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA / Eduardo Frederico Zadorosny
Osorio. -- 2015.
53 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Migrações internas na China. 2. Êxodo Rural. 3.
Desigualdades Campo-cidade. 4. Sistema Hukou. I.
Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

EDUARDO FREDERICO ZADOROSNY OSORIO

**AS MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE NA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Camilo P. Carneiro Filho
UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal descrever o processo de migração do campo para a cidade na República Popular da China (RPC). Para tanto, faremos a apresentação da estrutura político-administrativa da RPC, bem como a evolução e a conjuntura econômica chinesa. Dentre os aspectos relevantes para migrações internas na RPC, iremos abordar o Sistema de Registro de Residência, em seu caráter de controle institucional dos movimentos populacionais e também as desigualdades entre campo e cidade. Tendo em vista que o processo migratório dá-se em resposta às mudanças estruturais das forças produtivas.

Palavras-chave: República Popular da China. Migrações Internas. Sistema Hukou. Desigualdades Campo-cidade. Êxodo Rural

ABSTRACT

This paper aims to describe the rural-urban migration in the People's Republic of China (PRC). For this, we will present the political and administrative structure of the PRC as well as the contextualization of the Chinese economic. Among the relevant aspects to understand internal migration in the PRC, we will consider the residence registration system in its institutional control character of population movement as well as rural-urban inequalities. Given that the migration process occurs in response to structural changes of the productive forces.

Keywords: People's Republic of China. Internal Migration. Hukou system. Rural-urban inequality. Rural exodus

Índice de figuras

Figura 1: Linha Aihui-Tengchong.....	9
Figura 2: Estrutura de Poder da China Comunista.....	14
Figura 3: Mapa com as Zonas Econômicas Especiais, Cidades Costais e três deltas.....	18
Figura 4: Total de Exportações e Importações da China - 1980 - 2012.....	19
Figura 5: Estruturas de produção e emprego por setor econômico 1985 - 2008.....	20
Figura 6: Evolução da participação das Exportações e Importações no PIB chinês.....	21
Figura 7: Fronteiras administrativas e de desenvolvimento das áreas urbanas.....	24
Figura 8: Distinções administrativas nos níveis das prefeituras.....	25
Figura 9: Benefícios de ser uma cidade chinesa.....	26
Figura 10: Requisitos para ser tornar uma Cidade.....	27
Figura 11: Distribuição da terra arável na China.....	29
Figura 12: Mudanças nas estruturas de produção agrícola na China Comunista.....	30
Figura 13: Desigualdade de rendas entre o campo e a cidade - 1978 - 2012.....	38
Figura 14: Evolução do Coeficiente Gini - 1981 - 2011.....	39
Figura 15: Crescimento Populacional Rural-Urbano.....	40
Figura 16: Setores em que trabalham os trabalhadores migrantes.....	43
Figura 17: População Migrantes na China.....	44
Figura 18: Total de Migrantes entre 2008 e 2013 em milhões de pessoas.....	45

ABREVIACOES

- EE - Empresas Estatais
- EVP - Empresas das Vilas e Povoados
- NBSC - Departamento Nacional de Estatística da China
- PCC - Partido Comunista Chinês
- PIB - Produto Interno Bruto
- RPC - República Popular da China
- SRR - Sistema de Registro de Residência

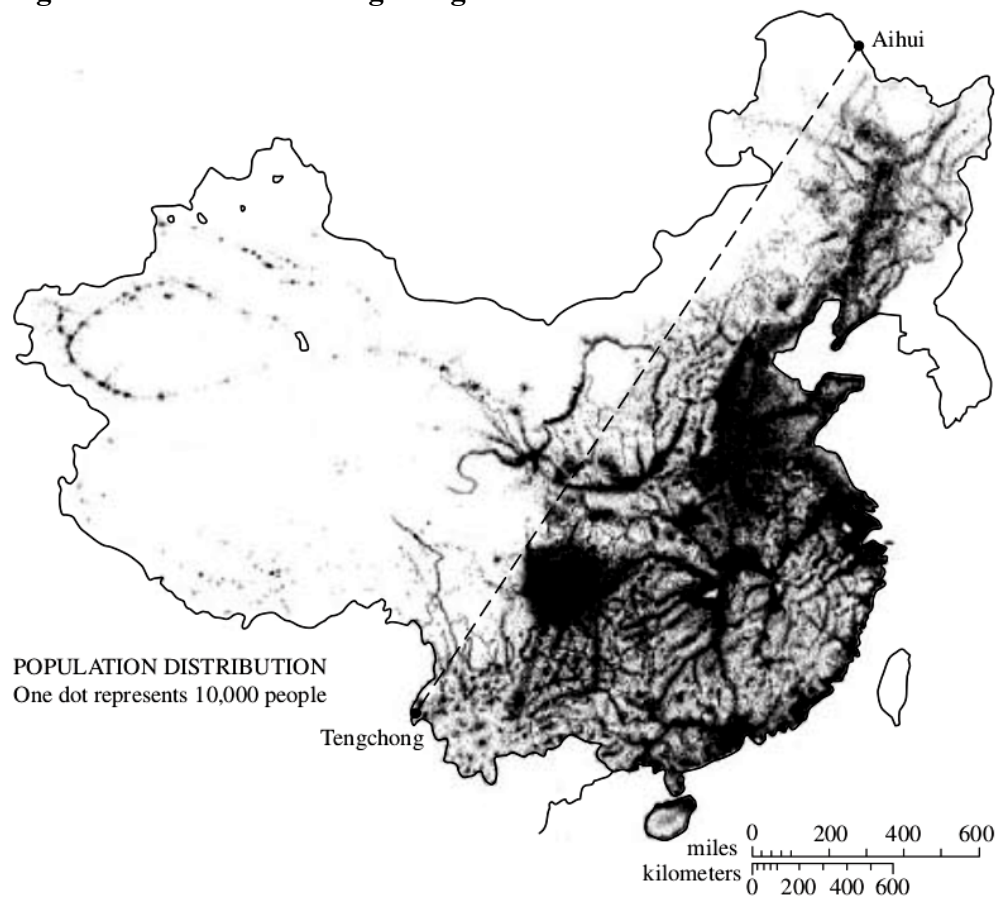
Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CHINA CONTEMPORÂNEA.....	13
2.1 A China e sua estrutura político-administrativa.....	13
2.2 A evolução econômica da China comunista.....	16
2.3 A China urbana.....	22
2.4 A China rural.....	28
3. MIGRAÇÕES INTERNAS E O CASO CHINÊS.....	33
3.1 Sistema Hukou – a grande muralha invisível.....	33
3.2 Desigualdades entre campo e cidade.....	37
3.3 Migrações do campo à cidade.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) possui a maior população mundial, 1,364 bilhões de pessoas, distribuídas de maneira desigual ao longo do seu vasto território, sendo o terceiro maior país do mundo. Sua economia é a segunda maior economia do mundo, representada por um produto interno bruto (PIB) de U\$ 10 trilhões. Sua população urbana compreende 52% do total de chineses, comparado aos 10% da década de 1949 (CHINA, 2014). São 731 milhões de pessoas concentrados em áreas urbanas e há estimativas de que até 2030 deva chegar a 1 bilhão de pessoas (MILLER, 2008; CHINA, 2014; ONU, 2015).

Figura 1: Linha Aihui-Tengchong



Fonte: NAUGHTON, 2007

Além das enormes proporções de muitos dados relacionados a RPC, a China é caracterizada também por possuir um sistema político e econômico ímpar, dito “Socialismo de Mercado” ou Capitalismo de Estado. Nos últimos anos a China vem reformando suas instituições de modo a enfrentar os desafios que surgem não só em questões crescimento e

desenvolvimento industrial, mas principalmente, tratando-se de pobreza, educação, moradia, saúde. Desafios também presentes nas realidades de outros países do mundo, principalmente os países em desenvolvimento.

Durante as últimas décadas, o forte desenvolvimento econômico chinês, puxado por um grande investimento na criação e expansão do parque industrial, ao passo que elevou os níveis de renda, criou empregos, ampliou o acesso a serviços básicos, também desencadeou alguns processos delicados, já vistos em outras partes do mundo em desenvolvimento. Entre tais processos podemos elencar o aumento da estagnação de algumas regiões, impactos ambientais que deixam a China a beira do colapso ambiental, a concentração de investimentos e riquezas na faixa litorânea, e o conseqüente incremento da migração do campo para a cidade, resultante de um grande processo de urbanização, permeado pelo crescimento da desigualdade (DIAMOND, 2012; JOSEPH, 2014; SHI, 2012; LIU, 2005).

Sendo detentora da maior população mundial e atualmente a maior população urbana do mundo, 731 milhões de pessoas, duas vezes maior que a população total dos EUA (ONU, 2014), o presente trabalho propõe-se a pôr luz sobre o processo das migrações do campo para a cidade na China, visto que os montantes populacionais em movimento na China contemporânea são bastante relevantes e seus impactos ainda não são absolutamente conhecidos, tampouco suas causas. Então, de modo a nos munir dos conceitos e abordagens existentes acerca do assunto, é necessário, em um primeiro momento, apresentar a discussão sobre as migrações como fenômeno comum aos seres humanos, independente do momento histórico ou nível de desenvolvimento econômico. As migrações estão presentes ao longo de toda história humana. É possível que a globalização e suas facilidades tenham impulsionado as migrações contemporâneas, entretanto, é necessário ter em mente que as migrações não são exclusivas à modernidade.

Acerca das discussões sobre conceituação de migração dentre as várias correntes de pensamento, é necessário fazer uma apresentação geral sobre as teorias que buscam explicar o processo migratório. Apesar de muitas teorias discorrerem sobre às migrações a partir das motivações e intenções dos indivíduos, há indícios que nos levam a crer que as migrações internas induzidas pela industrialização são decorrentes de fatores estruturais do sistema produtivo capitalista, ainda que haja outros inúmeros tipos de migração. Inicialmente, o exemplo mais bem acabado foi dado por Ravenstein (1885) quando aponta o êxodo rural como conseqüência da alteração das relações de produção no campo, o cercamento dos

campos obrigando a população atingida migrar para as cidades abastecendo as indústrias nascentes da Primeira Revolução Industrial com a mão de obra necessária (RAVENSTEIN, 1885).

Dentre os vários tipos de migração existentes na literatura acadêmica, e também na mídia e outras organizações (ONU, OIM, OIT, etc) é dada maior atenção às migrações internacionais, a partir da perspectiva de países do Norte, desenvolvido, buscando frear a migração de trabalhadores não-qualificados dos países do Sul. No entanto, como ressaltado por Grimson (2011) e Portes (2011), as migrações internas, são substancialmente mais relevantes, visto os montantes populacionais envolvidos nestes deslocamentos, como no caso chinês em que vê-se a maior população de migrantes em números absolutos, 279 milhões de pessoas (CHINA 2014), enquanto as migrações internacionais correspondem apenas a 232 milhões de pessoas, ou seja, menos de 5% da população mundial (ONU, 2013; GRIMSON, 2011; PORTES; 2011).

Apesar das correntes teóricas comumente presentes na literatura, trazerem contribuições relevantes ao debate das migrações e conseguirem estabelecer conceitos abrangentes sobre os processos de migração, nós divergimos quanto as causas das migrações. Alguns autores entendem as migrações como reflexos dos migrantes à condições impostas ou modificadas em busca de uma melhora em suas possibilidades (SKELDON, 2012; ZELISNKY, 1971; LEE, 1967). Segundo Singer, as migrações internas, como as internacionais, estão inseridas em uma esfera direta de influência das alterações das estruturas do sistema capitalista. Assim, há os motivos individuais para as migrações, mas as causas das migrações são estruturais. Sendo, então, os fluxos migratórios determinados pelas estruturas sociais ou de classe (SINGER 2002).

A migração interna não seria caracterizada por um ou vários fluxos migratórios de uma determinada área de origem para uma área de destino, atributo comumente aceito na literatura, mas sim constituído de um único fluxo migratório, no qual quem migra é pertencente a esta ou àquela classe (SINGER, 2002). Ou seja, o fluxo migratório não se restringe às pessoas que saem do interior de Anhui para a capital do estado Shenzhen, e sim compreende o emaranhado de movimentações migracionais que ocorrem ao longo do território chinês simultaneamente, mas não necessariamente da mesma forma e no mesmo sentido. Obviamente, diante da alteração das relações de produção, as classes trabalhadoras que não possuem as rendas e os meios de produção são as mais afetadas por esta mudança das

estruturas de produção. Sendo difícil ou ineficiente analisar ou estabelecer os movimentos migracionais de determinada região a outra com o risco de não compreender o processo como um todo. Os diferentes movimentos migracionais fazem parte do constante processo de mudanças das relações de produção que seguem de perto as demandas do sistema. (SINGER, 2002)

É imprescindível que sejamos claros quanto às limitações enfrentadas no intento de analisar as migrações internas do campo para a cidade na China, uma vez que não se pode, de maneira leviana, condicionar os fluxos migratórios chineses às suas respostas às mudanças nas relações de produção capitalista, pois o sistema político e econômico chinês, Socialismo de Mercado, não é facilmente comparável ao sistema capitalista ocidental. Ao passo que não vemos o fenômeno das migrações internas como decorrência das motivações individuais de melhorias nas condições de vida, e sim como processos diretamente influenciado. Admitimos a possibilidade de tais migrações ocorrerem, pois são necessárias ao desenvolvimento de um sistema de produção, o Socialismo de Mercado, cada vez mais inserido no sistema internacional de comércio.

De modo a contemplar os objetivos do presente trabalho, dividiremos a exposição em duas seções. A primeira onde apresentaremos as estruturas sociopolíticas e econômicas chinesas e sua respectiva contextualização histórica. No fim desta seção, discorreremos sobre as especificidades da China urbana e rural. Tal seção está disposta de maneira a nos munir dos conceitos e contextos relevantes para o entendimento das migrações. Na segunda seção, feitas as contextualizações necessárias na seção anterior, questões intimamente relacionadas às migrações do campo para a cidade na China serão tratadas, bem como as migrações campo-cidade.

2. CHINA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo faz-se necessária a devida apresentação das características gerais da sociedade chinesa pertinentes ao estudo das migrações internas. A exposição do sistema político-administrativo é abordada de início, como auxílio para o entendimento de como se dá formulação e implementação das políticas chinesas, permeadas pela estreita relação entre Governo e Partido. As migrações internas têm como característica básica a resposta às estruturas político-econômicas, dessa forma na subseção seguinte abordaremos a evolução econômica durante do período comunista, bem como sua conjuntura atual. Feito isto, discorreremos separadamente sobre as especificidades dos dois sistemas, Urbano e Rural, na China contemporânea, devido à relevância dos mesmos para os fenômenos migratórios.

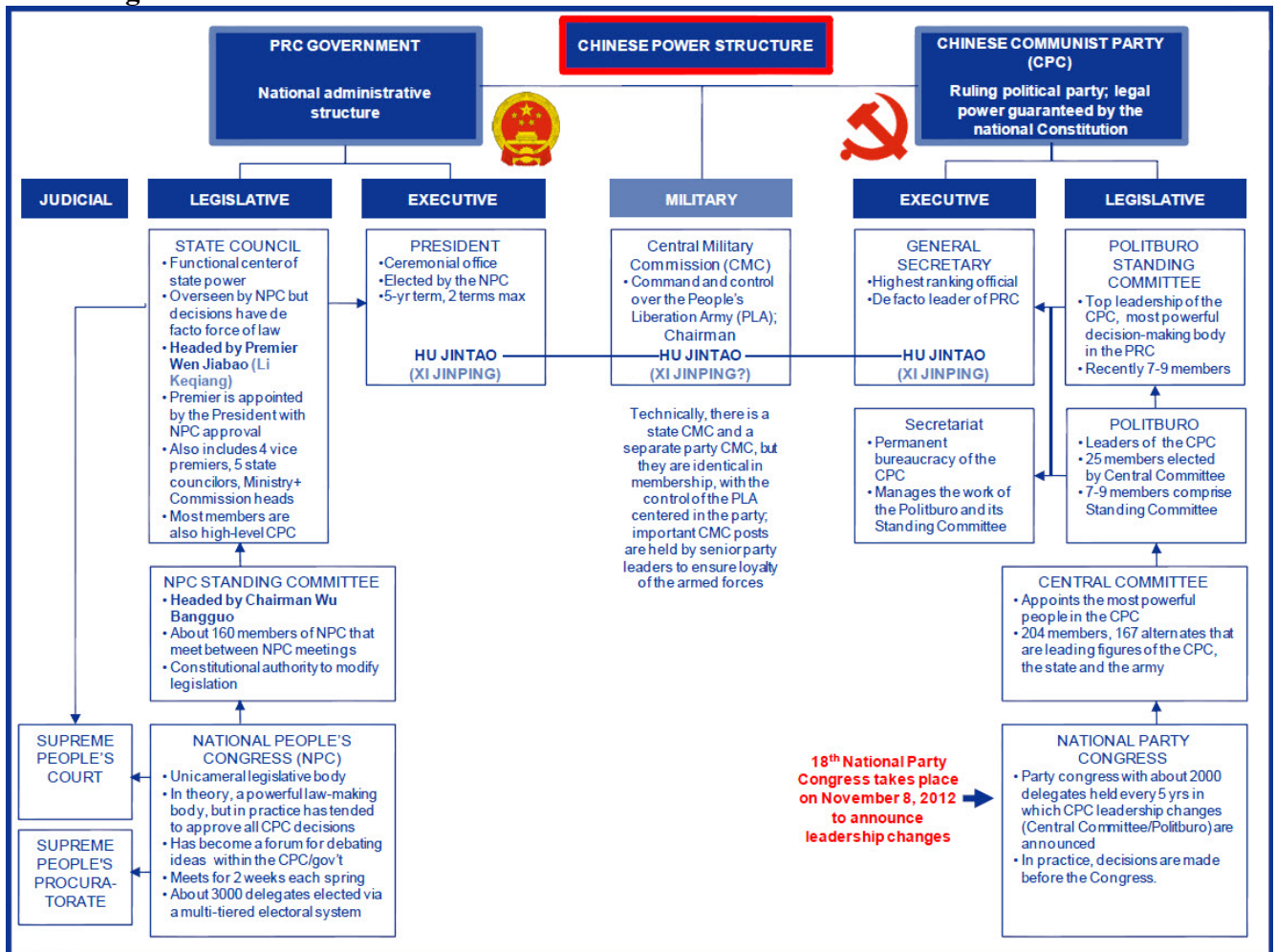
2.1 A China e sua estrutura político-administrativa

Com a Revolução Comunista de 1949 e ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder, devido à unidade ideológica oriunda do seu caráter autoritário, o partido e o governo se confundem enquanto instituições distintas e interdependentes. Por isso, deve-se ter claro em que consiste cada estrutura e quais são suas competências. A República Popular da China (RPC) é estrutura de governo, isto é, a quem compete o papel executivo. Já ao PCC, como instância maior de poder, cabe a definição dos rumos a serem seguidos pela sociedade chinesa.

A hierarquia administrativa chinesa está disposta da seguinte forma. Em seu topo está o governo nacional, localizado na capital Pequim, que é responsável pela implementação das políticas à nível nacional e controle e a fiscalização dos governos locais. Logo abaixo na hierarquia, estão as províncias (省), que se assemelham aos Estados federativos brasileiros, as municipalidades diretamente administradas (直辖市), as regiões autônomas (自治区), as regiões de administração especial (em chinês) e as zonas econômicas especiais (ZEE, sigla em português). Estas são seguidas pelos condados (县) que seriam a última instância urbana. Abaixo dos condados, temos os povoados (镇) e por último as vilas (村), ambos considerados rurais. As vilas são esferas que se autogovernam, e estão fora da estrutura hierárquica político-

administrativa, inclusive com um sistema próprio de eleições diretas. Nessa estrutura hierárquica, os governos respondem diretamente à instância administrativa superior, por exemplo, os condados respondem diretamente ao governo provincial, que responde à Pequim (JOSEPH, 2014; SHAMBAUGH, 2014).

Figura 2: Estrutura de Poder da China Comunista



Fonte: (“The Far More Important ‘Election’ Part 1”, 2013)

Em paralelo à estrutura de governo, temos a estrutura do PCC, presente e intimamente relacionada aos cargos administrativos e de governo. Nas posições mais importantes do PCC e do governo chinês temos, por exemplo, como Primeiro-ministro da RPC, Xi Jinping, que também é o Secretário Geral do Comitê Central do PCC. Pode ser visto na figura 2 a estrutura de poder na China com o antecessor do Xi Jinping, Hu Jintao na posição de maior destaque

do PCC, do governo e, inclusive, das forças armadas chinesas. Isso demonstra a importância e o grande controle do PCC nas esferas governamentais. Como sintetizado por Cheng Li

Leading party officials at various levels of the state—provincial, municipal, county, and township—concurrently serve as officials in local government organizations. The head of the party organization—the party secretary—at any level of administration is the real “boss” in local political and policy matters. For example, the city of Shanghai has both a party secretary and a mayor, but the party secretary is the one with the greater authority, although the mayor is also a high-ranking party member. (Joseph, 2014, pg 193)

Nas estruturas mais abaixo na hierarquia, como por exemplo, os povoados (镇), que são caracterizadas como rurais, há um governante eleito indiretamente ou escolhido pelo condado, e há também um Deputado do PCC. Quem exerce o poder político de fato, é o Deputado do PCC, enquanto o governante do povoado (镇) exerce a função de governo. Mesmo que o membro do PCC tenha mais poder do que o membro do governo no mesmo patamar hierárquico, há uma relação de interdependência entre o membro do partido e o governo, visto que sua ascensão política dentro do PCC está diretamente relacionada ao cumprimento das metas estipuladas pelo governo nacional ou pelo nível administrativo superior (FAN, 2012).

Outro apontamento importante a se fazer é a respeito da descentralização política existente na China Comunista tendo em vista que não é elemento comum a governos autoritários, porém é cada vez mais presente na China contemporânea. Tal característica é uma das razões por trás das dissonâncias percebidas na implementação das políticas públicas de âmbito nacional. Em geral, as políticas públicas na China não são implementadas de maneira simultânea e com a mesma qualidade em diferentes regiões, uma vez que os governos locais, dotados de relativa autonomia, respondem a incentivos políticos e econômicos, principalmente, do governo central, e buscam maximizar tanto a arrecadação quanto sua eficiência, em áreas sobre as quais estão focalizadas as prioridades do governo central. Estas questões também estão relacionadas ao desafio chinês de governança, em que há uma necessidade de aprofundar a descentralização e aumentar as liberdades, mas sem que haja o enfraquecimento do PCC (JOSEPH, 2014; HE, 2007).

2.2 A evolução econômica da China comunista

A economia e a sociedade chinesa sofreram enormes transformações com a Revolução Comunista. Logo com a ascensão do PCC, entre os anos de 1949 e 1952, ocorreu a imediata extinção dos mecanismos de mercado, proibição de novos estabelecimentos privados, apropriação ou estatização dos existentes, e uma ampla reforma agrária, que rompeu com as estruturas políticas da sociedade chinesa da época ao dissolver a elite rural e promover a redistribuição de terra entre os camponeses (JOSEPH, 2014).

Em 1953 foi lançado pelo governo central o 1º Plano Quinquenal (1953-1957), que seguia os moldes soviéticos de desenvolvimento com prioridade para a indústria pesada, ao contrário do caminho traçado por outros países em desenvolvimento que viam na indústria leve o caminho para o desenvolvimento industrial, com sua baixa demanda por capital, grande criação de emprego e fortalecimento do mercado de consumo interno. Para possibilitar o alcance das metas estipuladas no primeiro plano de desenvolvimento foi necessário o deslocamento de 20 milhões de trabalhadores do campo para as cidades, onde estariam localizadas as indústrias de base. O objetivo deste plano consistia na construção de uma China mais independente dos mercados internacionais, haja vista seu isolamento. Os resultados alcançados foram bastante satisfatórios, em pouco tempo a China já havia recomposto seu parque industrial destruído durante a II Guerra Mundial e a Invasão Japonesa (JOSEPH, 2014).

As Empresas Estatais (EE, sigla em português) eram o carro-chefe da industrialização chinesa à época e, basicamente, até o surgimento das indústrias rurais e da abertura de empresas por pessoas físicas, correspondia à totalidade das grandes indústrias da China, chegando a ser responsáveis por 40% do PIB daquele país (JOSEPH, 2014). As EE foram responsáveis pela criação e manutenção, durante mais de 30 anos, das unidades de trabalho, que foram o centro da vida urbana na China. Em torno das estruturas produtivas das EE eram construídas as unidades de trabalho (sistema Danwei), que consistiam em comunidades construídas para abrigar os trabalhadores e familiares e prover o acesso às necessidades destes, como alimentação, saúde e educação (JOSEPH, 2014; SICULAR, 2004).

A construção da sociedade urbana e industrial chinesa necessitava de uma coordenação entre as realidades urbanas e rurais, pois era necessário garantir a alimentação dos trabalhadores urbanos. Logo, tornou-se necessário a reorganização do campo para que a produção agrícola se mantivesse à níveis mínimos para abastecer os centros urbanos. Assim, em 1956 optou-se pela coletivização das terras, na qual 98% dos camponeses “venderam” suas terras para o Estado e foram organizados nas Comunas. Tal reorganização serviu também para evitar a formação de novas elites rurais que já se proliferavam por meio da compra de terras recém-distribuída aos camponeses.

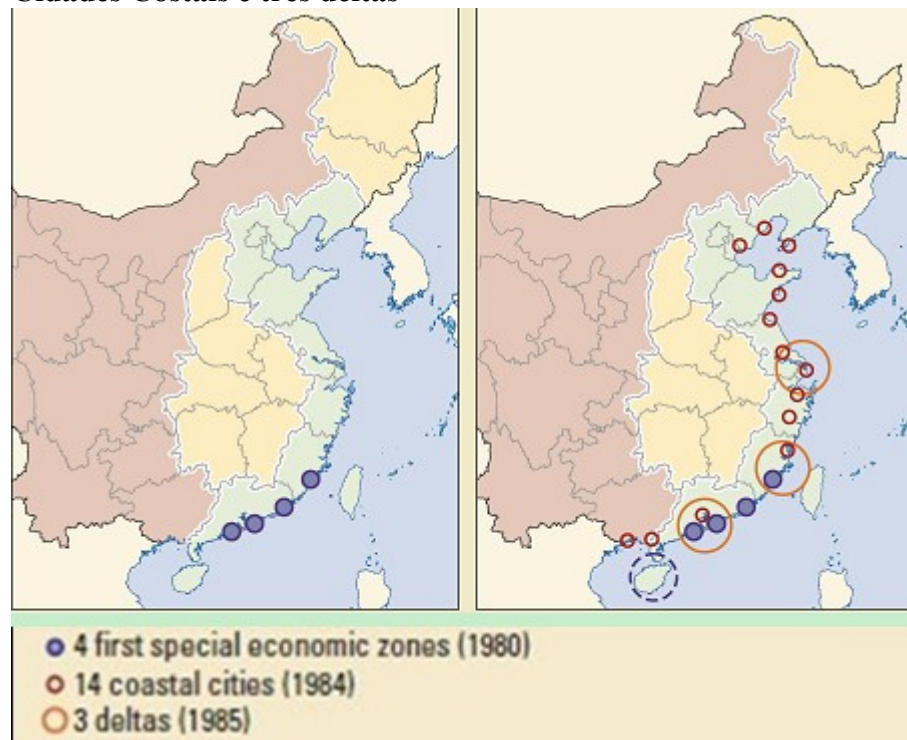
Seguindo o ímpeto revolucionário, tanto campo quanto cidade estavam engajados no processo de construção de uma nova China. O governo central havia estabelecido quotas mínimas de produção agrícola para abastecer as cidades e as Comunas precisavam enviar às cidades tais quantidades definidas de alimentos. No final da década de 50, devido a intempéries climáticas, a produção agrícola caiu drasticamente, porém os dirigentes das Comunas forjaram os dados para não sofrerem represálias do governo central. Com isso, deixaram as populações rurais sem alimento e ocasionaram a morte de 10 milhões de camponeses. A Grande Fome de 1959 parecia indicar quem arcaria com os custos do desenvolvimento urbano industrial. Logo após, há dois momentos controversos da história da China comunista. Primeiro, Grande Salto para Frente que consistiu em uma tentativa de acelerar o processo de industrialização por meio da transferência da produção para as casas ao redor da China, porém, esta política comprometeu não só a política industrial chinesa, como também a produção agrícola da época, devido a mobilização de grande parte da população agrícola neste empreendimento. O fracasso do Grande Salto para Frente despertou o surgimento de algumas alas mais reformistas dentro do PCC que queriam a abertura comercial e a modernização da China. Para conter o avanço dessas facções, o governo de Mao Zedong iniciou a Revolução Cultural que consistiu em um período de muita repressão e censura.

Durante o período maoista (1949 - 1976), a China, apesar de continuar com o padrão de vida e os níveis de renda extramente baixos, transformou-se em uma sociedade bastante igualitária e conquistou muitos avanços em educação e saúde (JOSEPH, 2014). Todavia, só foi possível mudar significativamente os rumos da sociedade chinesa com a morte de Mao Zedong, em 1976. A China seguia isolada e a economia exclusivamente planejada e desconectada do comércio internacional. Este cenário mudaria profundamente com as Reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978. Primeiramente, o objetivo era reformar as

estruturas econômicas da China para possibilitar o crescimento da renda nacional através de uma maior dinamicidade que fortaleceria a integração com o mercado internacional.

Dentre as mudanças instauradas, a primeira onda de reformas decretou a descoletivização do campo, ou seja, o fim das Comunas. A produção agrícola seria de responsabilidade das famílias, mas a propriedade ainda seria estatal. Isso possibilitou uma reorganização do trabalho no campo e permitiu às famílias liberarem parte da mão de obra familiar para trabalhar em atividades consideradas não-agrícolas (JOSEPH, 2014; SHAMBAUGH; 2014).

Figura 3: Mapa com as Zonas Econômicas Especiais, Cidades Costais e três deltas

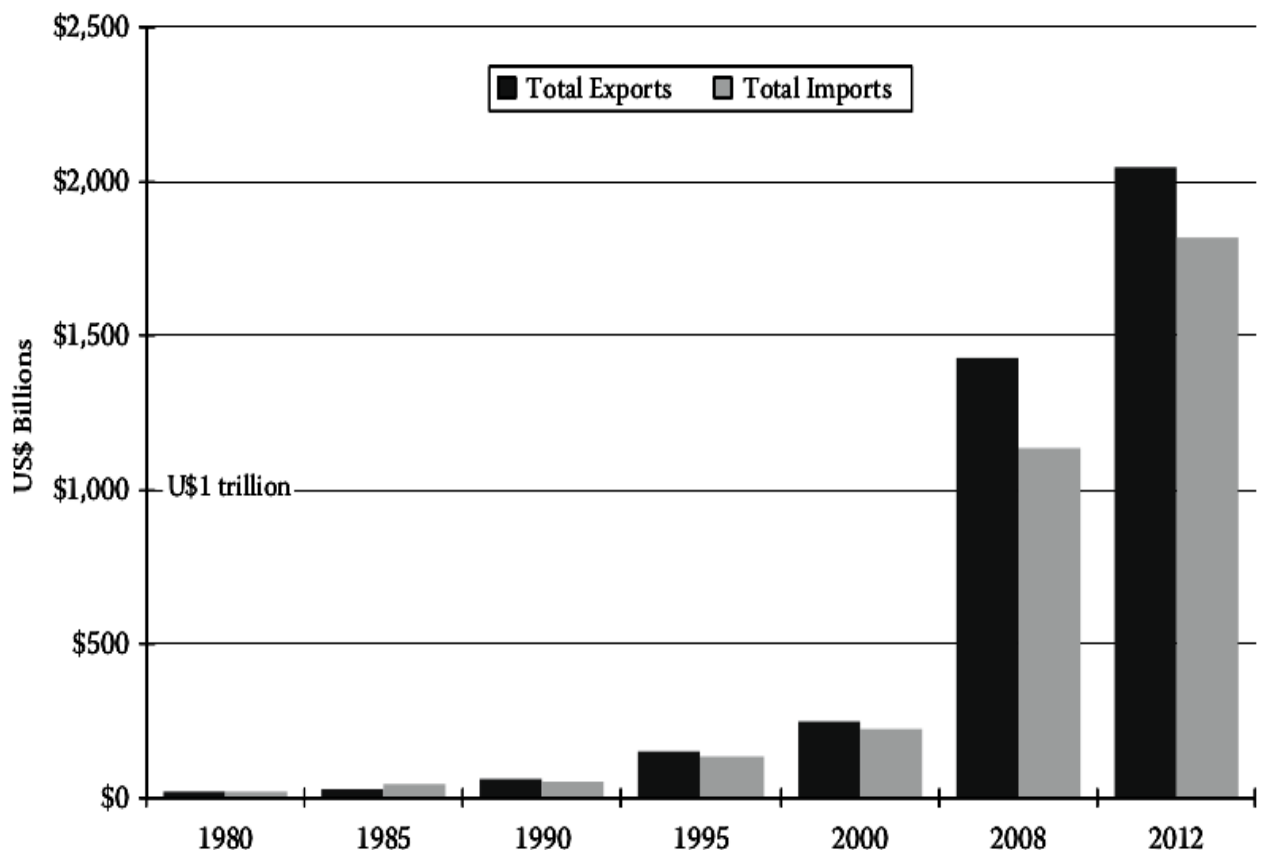


Fonte: BANCO MUNDIAL, 2009

Neste período também ocorre a criação das ZEE, quatro zonas litorâneas situadas na parte leste da China, onde foi permitido o investimento estrangeiro, alavancando o processo de investimento nas indústrias leves e sua produção voltada para as exportações. Esta política também foi utilizada como forma de desenvolver áreas rurais mais atrasadas, na figura das Empresas de Vilas e Povoados (EVP, sigla em português). As EVP estavam localizadas em

áreas rurais e aproveitaram-se da liberação de trabalhadores do campo motivada pela descoletivização do campo e dos incentivos concedidos pelo governo central. Se valendo desta grande quantidade de mão de obra, cuja característica era o custo baixo devido à disparidade existente entre os benefícios destes e dos trabalhadores urbanos das EE, as EVP trouxeram para a economia chinesa dinamicidade devido a sua competitividade nos mercados internacionais. Temos como importantes resultados das EVP a contenção de um grande fluxo de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, como também atração muitas de empresas estrangeiras, o que auxiliou na transformação da China, passando de um país isolado, em termos de comércio exterior, para uma posição bem integrada ao mercado internacional.

Figura 4: Total de Exportações e Importações da China - 1980 - 2012



Fonte: JOSEPH, 2014

A década de 90 foi marcada por uma grande onda de privatizações, impulsionadas pela vontade do PCC de dinamizar ainda mais a economia e a indústria nacional e sua inserção internacional. As empresas estatais, principalmente as EE tinham uma estrutura organizacional que dificultava um maior dinamismo da produção e apresentavam dificuldade em adaptar-se aos mercados internacionais. Apesar das empresas de setores considerados essenciais (financeiro, energético, Defesa Nacional) terem sido mantidas sob controle estatal, inúmeras TVE e EE sofreram processos de privatização que incidiram fortemente sobre o mercado de trabalho chinês. Anteriormente a esse processo, no caso das EE especificamente, a vida urbana era organizada nas unidades de trabalho, cuja estrutura permitia que essas empresas garantissem a seus trabalhadores uma série de benefícios e direitos, como moradia, alimentação, saúde e educação.

Figura 5: Estruturas de produção e emprego por setor econômico 1985 - 2008

Table 7.3a. China's Structure of Production, 1985-2008 (% Share of Output)

<i>Economic Sector</i>	1985	1990	2000	2005	2008
Primary	28.4	27.1	15.1	12.2	11.3
Secondary	42.9	41.3	45.9	47.7	48.6
Tertiary	28.7	31.6	39.0	40.1	40.1

Source: National Bureau of Statistics (2009).

Table 7.3b. China's Employment Structure, 1985-2008 (% Share of Employment)

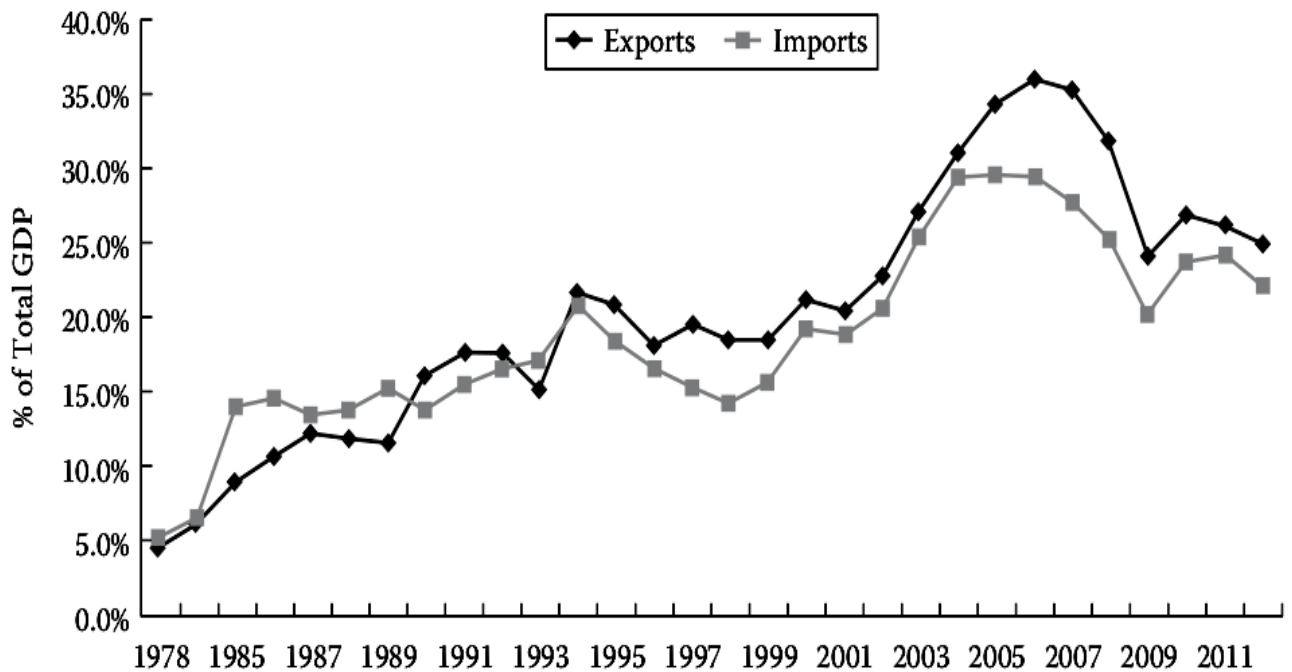
<i>Economic Sector</i>	1985	1990	2000	2005	2008
Primary	62.4	60.1	50.0	44.8	39.6
Secondary	20.8	21.4	22.5	23.8	27.2
Tertiary	16.8	18.5	27.5	31.4	33.2

Fonte: VEECK, 2011 apud NBSC, 2009

Antes das privatizações, as EE arcavam com os custos da manutenção dos benefícios e direitos dos trabalhadores urbanos, porém, em função das privatizações, o Estado chinês assumiu a responsabilidade de assegurar aos trabalhadores os direitos existentes, ocasionando um aumento dos gastos governamentais com a seguridade social, visto que, durante esse processo, muitos trabalhadores negociaram aposentadorias e outros acabaram desempregados.

Em resposta à perda de tantos direitos trabalhistas, o governo se viu obrigado a regulamentar e estabelecer outras políticas de garantia dos direitos trabalhistas, como o salário mínimo urbano, implementado em 1993.

Figura 6: Evolução da participação das Exportações e Importações no PIB chinês (%)



Fonte: JOSEPH, 2014

Durante o período comunista, a China desenvolveu-se de maneira impressionante. Em um primeiro momento, com uma economia absolutamente planificada puxada pelos investimentos estatais nas indústrias de base necessárias a construção de uma China com maior independência em relação ao mundo capitalista. Após a morte de Mao Zedong e necessidade de transformação, com as Reformas de abertura política e econômica implementadas por Deng Xiaoping, a China expandiu significativamente seus níveis de produção e de renda com um modelo de desenvolvimento pautado pela exportação de bens de pouco valor agregado, muitas vezes apenas montados na China (ver figura 6). Estes dois modelos funcionaram muito bem (JOSEPH, 2014). Nos últimos anos, porém, a economia chinesa vem buscando transformar-se. O 12º Plano Quinquenal (2011-2015) contém dentre suas diretrizes o “crescimento de maior qualidade” junto do “crescimento inclusivo”, o que se

traduziria em uma mudança das metas econômicas, após 30 anos de crescimento acelerado. A partir de agora, a China estaria buscando pautar o crescimento pelo mercado interno que seja mais sustentável, valendo-se do seu imenso mercado doméstico, que nos últimos anos possui maior poder de compra. Porém, sem esquecer do compromisso com as desigualdades bastante presentes na China contemporânea.

2.3 A China urbana

Ao longo da história humana, as cidades são caracterizadas por um alto grau de concentração dos níveis de renda, investimento e população (SINGER, 1998). Na China, podemos observar uma situação similar, porém com suas peculiaridades, em geral, originadas na forte presença e atuação do Estado e do PCC na sociedade chinesa, ditando os caminhos a serem trilhados pelo desenvolvimento urbano. Sendo as cidades chinesas um elemento essencial para o entendimento do processo migratório dentro das fronteiras nacionais, cabe a nós fazermos as apresentações necessárias sobre a China Urbana e seu caráter único para análises das migrações do campo para a cidade (SINGER, 1998).

Como já mencionado anteriormente, a China foi durante muito tempo um Estado quase exclusivamente agrário, tendo sua população urbana alcançando níveis majoritários apenas em 2011. (CHINA, 2014). Isso não significa que a China não tenha uma estrutura urbana desenvolvida. Apesar de predominantemente agrária, desde o período ocidental de domínio do Império Romano, por exemplo, a China apresentava uma estrutura urbana que já possuía as maiores cidades do mundo. Ainda que grande parte tenha sido destruída durante a Segunda Guerra Mundial e a Invasão Japonesa os centros urbanos chineses mostraram grande dinamicidade e recuperaram suas posições entre as maiores cidades do mundo no período que se seguiu à Revolução Comunista, inclusive com uma tendência crescente de integração ao sistema global (JOSEPH, 2014; SASSEN, 2005).

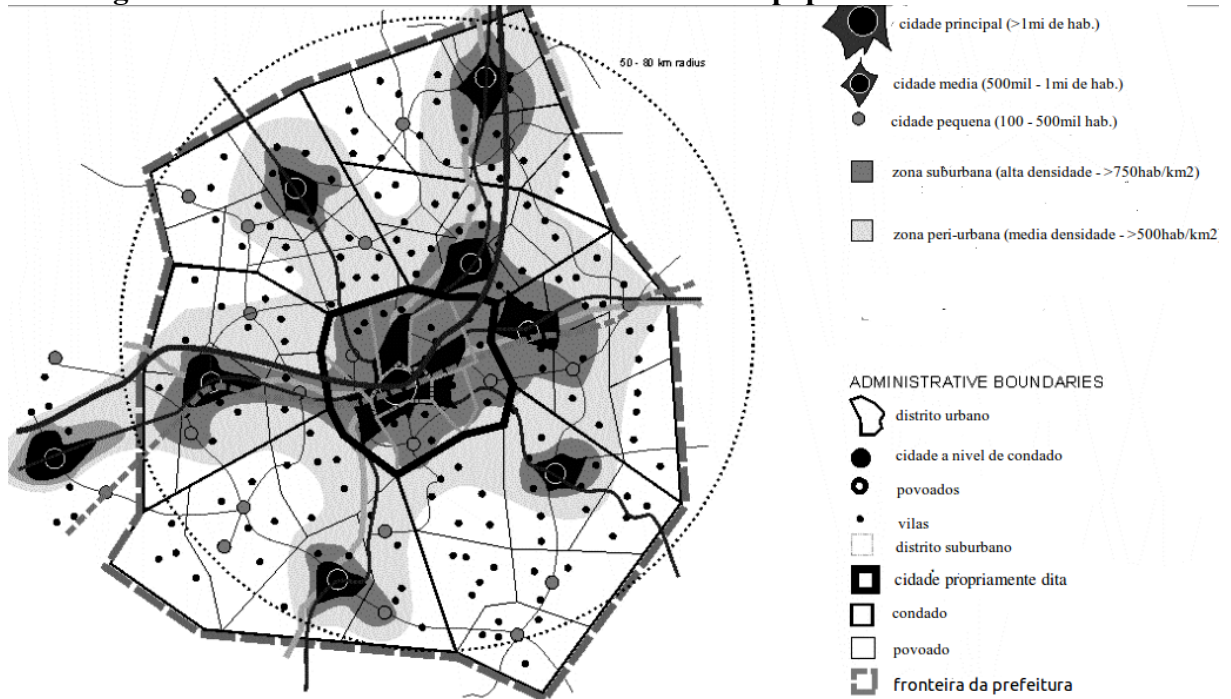
As cidades chinesas nem sempre foram planejadas e povoadas como nos dias de hoje. Essas características de desenvolvimento e existência são frutos da Revolução Comunista, que buscou influências no modelo urbano soviético, vislumbrando cidades funcionais e modernas (JOSEPH, 2014). Desde o início do governo do PCC, houve uma política de desenvolvimento urbano bem definida, a qual pode ser associada com a estratégia de desenvolvimento chinesa e, inclusive, como forma de reduzir dificuldades sociais recorrentes em outros países

considerados em desenvolvimento.

Durante o período maoista (1949 - 1976), as cidades chinesas sofreram transformações graças às políticas urbanas implementadas pelo PCC que podem ser definidas em dois elementos principais. Primeiro, a unidade de trabalho. Tal sistema era tido como uma espécie de comunidade, onde os trabalhadores urbanos trabalhavam, moravam com suas famílias e tinham acesso a saúde e educação. O sistema Danwei também é chamado de “Iron rice bowls”, ou seja, o sistema em que os cidadãos urbanos teriam o acesso garantido a todos os direitos básicos e essenciais. Tais unidades de trabalho foram o centro da vida urbana até o início das privatizações das Empresas Estatais. O segundo elemento seria o sistema de registro de residência (SRR, sigla em português) ou sistema Hukou, o qual controla todos os movimentos internos e externos dos cidadãos chineses, ou seja, quem tem direito ou não de migrar, inclusive delimitando quem tem acesso aos direitos providos pelo Estado. Basicamente, o SRR dividia os cidadãos chineses entre rurais e urbanos, ou “agrícolas” e “não-agrícolas”. À época de sua implementação, servia para organizar a distribuição de alimentos em uma sociedade sem mercado, garantindo o suprimento de alimentos às cidades, bem como uma forma de controlar o fluxo migratório para as cidades (JOSEPH, 2014. pg 321).

Simultaneamente às reformas econômicas em 1978, houve uma reformulação nas políticas de desenvolvimento urbano e de definição da área urbana na China, para que fosse possível a concretização das aspirações desenvolvimentistas do país. Por exemplo, a política de "elevação de Condado para a Cidade" entre outras (JOSEPH, 2014; FAN, 2012).

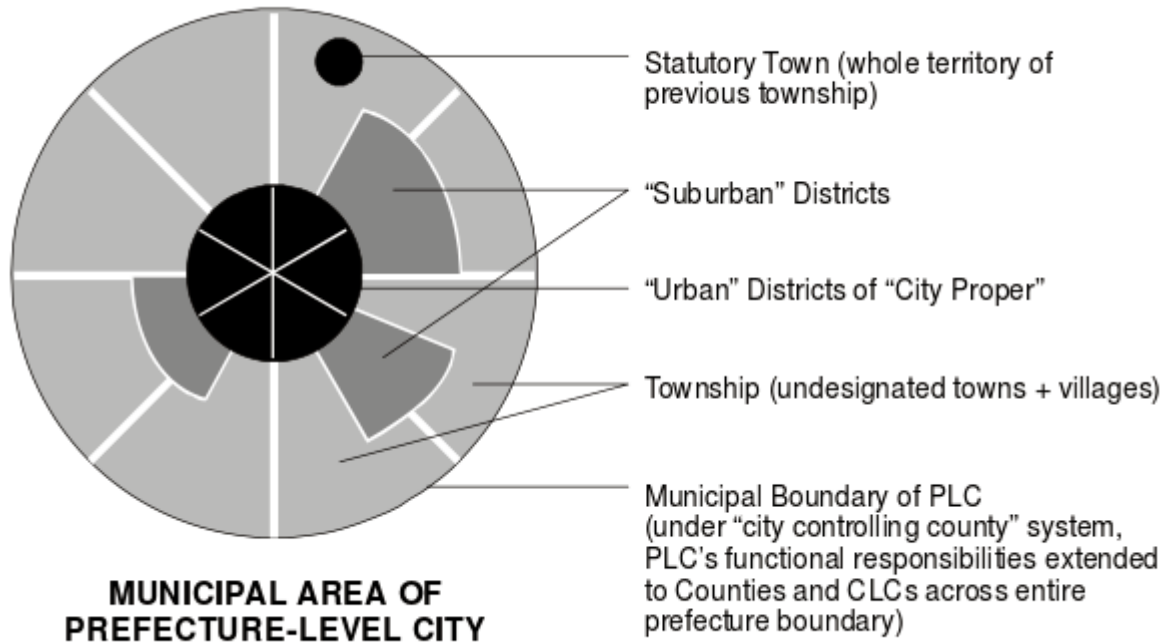
Figura 7: Fronteiras administrativas e densidades populacionais



Fonte: OCDE, 2015

Atualmente, a estrutura urbana chinesa é bastante complexa e causa muita confusão, inclusive entre os chineses, como podemos ver na Figura 7, acima, onde as áreas mais escuras são as áreas delimitadamente urbanas dentro das fronteiras administrativas de uma prefeitura fictícia (CHUNG & LAM, 2004 pg. 945; CHAN, 2007; OCDE, 2015). Para facilitar a análise vamos simplificar a definição de área urbana. A estrutura urbana é definida pelo tamanho de sua área e pela densidade populacional (CHINA, 2014). As áreas urbanas estão divididas entre Províncias e Municipalidades Diretamente Administradas, Prefeituras e Condado, este no último nível da hierarquia administrativa urbana. Cada nível da hierarquia administrativa é governado por um governante, indicado pelo PCC e aprovado pela Nomenklatura, tendo um secretário do PCC ao seu lado. No caso das Províncias e Municipalidades Diretamente Administradas, há um prefeito e um secretário do partido, como cada estrutura responde diretamente ao seu superior na hierarquia, estas estão diretamente ligadas à Pequim.

Figura 8: Distinções administrativas nos níveis das prefeituras



Fonte: OCDE, 2015

A definição de área urbana na China pode ser alterada de acordo com as necessidades do governo e do PCC, como já foi. No início do período comunista a distinção tão bem delimitada entre urbano e rural tinha como razão principal dividir os cidadãos que necessitavam receber alimentação do governo, cidadãos urbanos, e os cidadãos que produziam o seu próprio alimento, os camponeses. Esta distinção servia para facilitar e auxiliar a logística de distribuição de alimentos e produtos necessários à população urbana, em um ambiente onde não existiam mecanismos de mercado. Assim, a definição de área urbana está diretamente relacionada aos objetivos do PCC, por exemplo, caso seja o objetivo estimular o desenvolvimento de uma determinada região rural, que hoje é definida como rural, o Governo Central pode conceder o status de cidade como forma de incentivo para um maior empenho dos governos locais em relação às políticas de industrialização ou para aumentar a área destinada à construção civil de uma determinada localidade (FAN, 2012; ONG, 2014).

Figura 9: Benefícios de ser uma cidade chinesa

Table 1
Benefits of being a city: an incomplete list.

Category	Benefits
Tax and fee	Cities enjoyed a higher urban construction tax (7% compared to 5% for counties); could collect the surcharges levied on the issuing of motorcycle registration. In Liaoning province, cities could get 1–2 million additional subsidies each year after upgrading
Land-related	Cities generally convert more land to construction use and retain a larger share of revenue from land sale
Favorable policy	After achieving the status of “line item under province” (<i>Shengji Jihua Danlie</i>), cities could report directly to the provincial administration to ask for investment project
Administrative power	Cities have more authority on foreign trade and exchange management; gain authority over police recruitment and vehicle administration; could establish the branch of custom and large state-owned banks; could approve projects with a higher investment cap
Government size	Cities could establish more branches of government and have a larger number of government employees
Rank and salary	Sometimes the bureaucratic rank and salary of officials are raised after upgrading
Reputation	Cities generally carry greater prestige and are more attractive to investors from outside

Fonte: FAN et al, 2012

A figura 9 busca catalogar os benefícios adquiridos com a elevação ao status de cidade, demonstrando os incentivos concedidos pelo governo central para as áreas urbanas, de certa forma, deixando claro sua preferência em desenvolver áreas urbanas a áreas rurais. Nesta problemática, a única instância dentro do sistema de governo chinês que pode conceder o status de área urbana é o governo central. Ao longo do período comunista, essas políticas de concessão de status de áreas urbanas se modificaram e foram bastante úteis para o governo. Por exemplo, no que se refere ao mecanismo que possibilitava a elevação da categoria de Condado para Cidade, as localidades requerentes deveriam atingir uma série de requisitos relacionados a resultados satisfatórios de índices de crescimento para poder galgar o status de área urbana. Isso foi utilizado pelo governo central como um incentivo aos governos locais, que se interessavam e, portanto, se comprometiam a atingir as metas estabelecidas (FAN, 2012).

Figura 10: Requisitos para ser tornar uma Cidade

Table 2

Minimum requirements for county-to-city upgrading. Source: "The Report on Adjusting the Criteria for the Designation of New Cities." Ministry of Civil Affairs, 1993; available in English in Zhang and Zhao (1998).

Population density (person/km ²)		>400	100–400	<100
Percentage of counties in this category		25%	45%	30%
Industrialization level	Industrial output value (<i>yuan</i>)	1.5 billion	1.2 billion	0.8 billion
	Share of industrial output value in gross value of industrial and agricultural output	80%	70%	60%
Population engaged in nonagricultural activities	Size of nonagricultural population	150 k	120 k	100 k
	Share of nonagricultural population in total population	30%	25%	20%
Fiscal strength	Fiscal revenue (<i>yuan</i>)	60 million	50 million	40 million
	Per capita fiscal revenue (<i>yuan</i>)	100	80	60

Fonte: FAN, 2012

No processo de urbanização vivido pela China nos últimos anos, o número das cidades chinesas triplicou entre 1978 e 2005, passando de 193 a 657, seguindo os parâmetros compilados na figura 10. Analisando o perfil das cidades, podemos afirmar que houve uma mudança na distribuição de seu tamanho na transição urbana chinesa. As cidades pequenas, ou núcleos urbanos recém-formados, são mais dinâmicas e possuem mais possibilidades de crescimento do que núcleos urbanos como Pequim e Shanghai. Isso se dá principalmente porque estes centros já apresentam níveis de desenvolvimento bastante elevado, mas também graças às diretrizes definidas pela política de urbanização do PCC. Apesar dos benefícios de possíveis taxas de crescimento altas, as cidades menores têm gastos muito altos com infraestrutura se comparadas às cidades grandes, que já possuem infraestrutura de consideráveis tamanhos e qualidade, o que implica em menos dispêndio de recursos, maior eficiência e também menos poluição (CHEN 1991; XU et ZHU, 2014).

Os níveis de emprego e o mercado de trabalho são preocupações perenes dos governos ao redor do mundo, porém seus impactos podem ser mais profundos nas cidades de um país sob a tutela de governo autoritário. Especialmente no caso da China, o governo tem dado bastante atenção ao mercado de trabalho urbano em razão das altas taxas de migração para a cidade, mas também graças ao número de empresas estatais que foram fechadas ou privatizadas em meados dos anos 90, e o conseqüente enfraquecimento e redução do sistema Danwei. O fim das empresas estatais ocasionou uma enxurrada de ex-trabalhadores, o que incidiu diretamente sobre o mercado de trabalho: foram 45 milhões de trabalhadores, dispensados, aposentados ou remanejados (JOSEPH, 2014). Além desses desempregados ou

subempregados, há outras duas forças de pressão importantes, os trabalhadores migrantes e os recém-graduados (SUN et FAN, 2012; FAN et CHAN, 2013). Esse desequilíbrio no mercado de trabalho urbano é bastante perigoso para o PCC, uma vez que o desemprego e a diminuição nos níveis de renda geram pobreza e desigualdade social. No caso dos migrantes, eles vêm se mostrando os grandes responsáveis pelos protestos, greves e manifestações de operários nas grandes cidades chinesas, justamente por terem menos benefícios e, em muitos casos, sequer ter algum contrato de trabalho que garanta até mesmo seu pagamento (FRIEDMAN, 2014).

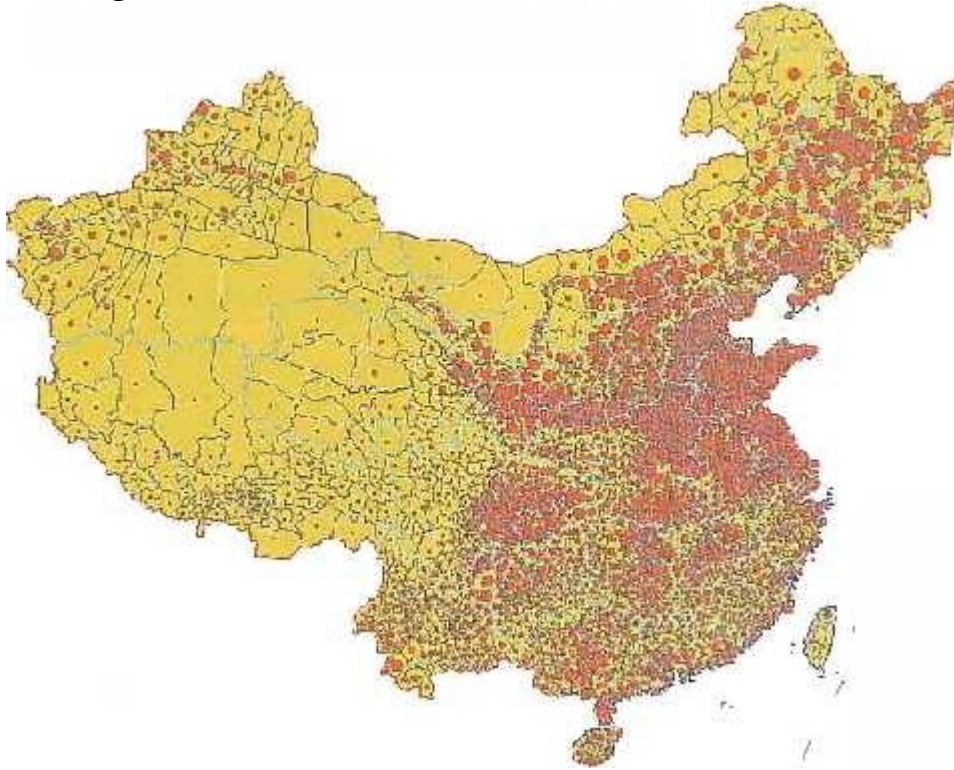
Somadas as pressões no mercado de trabalho, as questões ambientais e de planejamento urbano são questões latentes e possíveis causadores de maiores problemas em uma perspectiva de uma China cada vez mais urbanizada. A China busca manter o seu êxito em urbanizar-se de acordo com suas necessidades e diretrizes de desenvolvimento, porém tais questões vêm se tornando cada vez mais preocupados e urgentes (JOSEPH, 2014; DIAMOND, 2012).

2.4 A China rural

Até recentemente a China possuía uma sociedade majoritariamente agrária. Apesar de ter sofrido uma série de transformações em função do “urban bias” (ver figura 10), o campo ainda segue e seguirá tendo uma participação relevante em termos políticos e socioeconômicos na sociedade chinesa, especialmente pela dimensão da população que ali habita - em 2013, eram 629 milhões de pessoas, ou seja, quase três vezes a população do Brasil – bem como pela necessidade de alimentar uma China cada vez mais urbana (CHINA, 2014).

As comunidades rurais sempre tiveram um papel importante na sociedade chinesa, tanto pela extensa parcela da população que vive no campo quanto pela importância da participação da produção agrícola na economia chinesa. Já em 1952, os chineses ocupavam toda a terra arável da China, a distribuição geográfica da terra arável pode ser vista na figura 11. À época, sua população era de 541 milhões de pessoas, o que corresponderia a menos de 40% da população atual da China (LU, 2005).

Figura 11: Distribuição da terra arável na China



Fonte: (ZIZHI; DEGANG, 2006)

Com a ascensão do PCC ao poder, o campo sofreu grandes transformações. Dentre elas, a reforma agrária e a coletivização da agricultura. O Estado apropriou-se das terras e fez a redistribuição por meio da coletivização. As terras pertenciam ao Estado, porém a população do campo tinha a posse da terra e os direitos sobre a produção. O campo organizou-se a partir da produção agrícola coletiva regida pelas Comunas. Sob sua jurisdição estavam de 10 a 20 Brigadas de Produção, as quais gerenciavam os times de produção, último nível na hierarquia rural, formados por grupos de 100 a 200 pessoas de uma mesma comunidade e pequenas indústrias rurais da época.

Figura 12: Mudanças nas estruturas de produção agrícola na China Comunista

Table 10.1
Changes in the organization of agriculture

Natural units	1956–1958	1958–1959	1962–1981	1982–present
Standard marketing area—market town		Commune* (over 5,000 households)	Commune (2,000 households)	Township (3,000 households) government and economic corporation
Large village	Agricultural producers Cooperative* (100–250 households)		Brigade (200 households)	Village
Small village or neighborhood	Team		Team* (c. 30 households)	
Household	Household	Household	Household	Household*

*Basic accounting unit.

Fonte: NAUGHTON, 2007

A principal tarefa das Comunas era garantir que “as brigadas e os times de produção atingissem suas respectivas quotas de produção determinadas pelo governo do Condado” (JOSEPH, 2014, apud KELLIHER 1992).” O sistema de Comunas foi muito importante pra industrialização dos anos 50 e 60 por ter propiciado um aumento da participação da indústria secundária no PIB chinês. Porém, o sistema de Comunas acabou sufocando as economias rurais pela falta de mecanismos de realocação de recursos e por sua produção agrícola ser a base da sustentação alimentícia das cidades (LU, 2005). O repasse do excedente da produção agrícola para áreas urbanas era feito com base em preços fixos estipulados pelo governo central, trazendo à tona os sacrifícios feitos pelo campo para a Defesa Nacional e a industrialização urbana. Nas palavras de Knight, Shi e Song (2004) “the hand that wielded the price scissors effected a transfer of income and resources from the rural to the urban sector.” (KNIGHT, SHI, SONG, 2004, pg 5). As comunas ainda possuíam significativa importância sociopolítica, auxiliando também na governança local, como mediador para resolução de conflitos, educação, bem-estar social, etc. Assim, a importância das Comunas não se restringia apenas a questões de ordem econômica, como também era responsável por gerenciar os demais aspectos da vida dos camponeses durante o período da agricultura coletivista. Por sua vez a política dos preços fixos e a obrigatoriedade no repasse de quotas mínimas para as cidades evidencia os sacrifícios feitos pelo campo para a Defesa Nacional e a industrialização urbana (LU, 2005; JOSEPH, 2014).

Com as reformas de 1978 e a descoletivização da agricultura, a estrutura administrativa voltou a ser divididas em Povoados e Vilas, como no período republicano. Sendo os povoados as antigas Comunas e as Vilas as Brigadas de Produção. As primeiras correspondem ao último nível de administração formal. E as vilas são estruturas autogovernadas e com um sistema próprio de eleições diretas.

As EVP, basicamente, eram “todos empreendimentos criados e gerenciados pelas cooperativas rurais ou indivíduos” (HU, 2007, pg 176, tradução própria). Durante bastante tempo, foram responsáveis por grande parte da produção industrial chinesa, em especial, da produção para o mercado externo, e também pela absorção da mão de obra deslocada ou saída do campo para pequenas áreas urbanas próximas de seu local de origem, além de aumentar os níveis de renda da China Rural. As vantagens possuídas por essas indústrias rurais eram os incentivos fiscais e a disponibilidade de mão de obra barata, se comparada aos grandes custos das EE com os trabalhadores urbanos e a manutenção dos seus direitos, pois estes novos trabalhadores vindos do campo ainda eram cidadãos com passaporte rural sem os mesmos direitos dos cidadãos urbanos.

No processo da transição econômica chinês, o campo presencia uma “batalha pela terra” (ONG, 2014) que está colocada bem no cerne do processo de urbanização chinesa. As receitas dos governos locais diminuíram consideravelmente com a recentralização fiscal implementada por Pequim em 1994. Com ela também diminuíram os incentivos para que os governos locais seguissem investindo na indústria, pois não eram mais tão rentáveis em se tratando de arrecadação fiscal. Assim, os governos locais descobriram uma nova fonte de arrecadação, bastante lucrativa, as taxas oriundas das vendas e negociações, ou seja, mercado imobiliário, construção civil e serviços e comércio. Desta forma, a urbanização, ocorrida nos últimos anos na forma de “vilas concentradas” (termo em chinês) foi uma resposta dos governos locais a incentivos dados pelo governo central (ONG, 2014).

Basicamente, o governo local expropria o camponês de sua terra, sem fazer uma compensação justa e condizente com a realidade e as necessidades urbanas (ONG, 2014). Esta prática desapropriava e realocava de 200 a 300 mil cidadãos rurais por ano, movendo-os para as “vilas concentradas”. Em troca, os desapropriados eram ressarcidos e em alguns casos adquiriam o passaporte urbano, porém sem a garantia de adquirir os mesmos direitos dos cidadãos urbanos. Ong (2014) diz que a terra era a garantia de subsistência do cidadão do

campo, enquanto os direitos de bem estar social eram as garantias do cidadão urbano, porém quando o camponês é cooptado a aceitar a desapropriação ele perde todos seus direitos e, a partir daí, passar a viver uma vida de muitas incertezas e inseguranças, uma vez que não é tão qualificado para o mercado de trabalho urbano e, caso não consiga ter uma renda mínima, não tem nem ao menos a sua terra para retornar o plantio. Seguindo as estimativas da autora, entre 1987 e 2010 foram movidos 52 milhões de camponeses para esses novos núcleos urbanos, as “vilas concentradas” (ONG, 2014; NAUGHTON, 2007).

Assim, novamente, temos os camponeses sendo vítimas de um processo de expropriação, uma vez que a distinção entre campo e cidade e entre camponês e cidadão urbano poucas vezes foi extinta legalmente por meio de troca do passaporte rural pelo urbano. Ainda assim, o cidadão rural que foi para a cidade não será tão facilmente absorvido e incorporado a este novo modo de vida e trabalho.

Todavia, em 2006, foi estabelecida como prioridade pelo PCC a construção de um “Novo Interior Socialista” (“New Socialist Countryside”, termo em inglês), com o objetivo de diminuir a pobreza e levar desenvolvimento e prosperidade ao campo. Para levar adiante tal objetivo foram estabelecidas prioridades, como reformular o sistema fiscal para facilitar a transferência de recursos para governos locais mais pobres, investir em infraestrutura para a produção, expandir o alcance das políticas de bem-estar, como saúde e educação a toda China rural e, principalmente, incentivar e expandir a urbanização destas áreas. Tal processo encontra-se hoje em desenvolvimento (AHLERS, SCHUBERT; 2009).

3. MIGRAÇÕES INTERNAS E O CASO CHINÊS

Após ter desenvolvido a contextualização das estruturas chinesas, tanto político-econômicas, quanto administrativas, no capítulo anterior, cabe a nós neste capítulo discorrer sobre os aspectos ímpares das migrações internas na China contemporânea. Primeiramente, apresentaremos Sistema de Registro de Residência (SRR, sigla em português) e suas competências como mantenedor do controle da mobilidade populacional entre campo e cidade ante as forças de mercado. Em um segundo momento, será apresentado o aprofundamento das desigualdades entre áreas rurais e urbanas, decorrido dos diferentes caminhos percorridos por ambos em seu desenvolvimento guiado pelo Estado chinês. Tais desigualdades evidenciam-se como pressões do mercado sobre os movimentos populacionais. Por fim, apresentaremos o processo de migrações do campo às cidades, tanto sua evolução histórica quanto sua conjuntura atual, encarando-as como reflexo do balanceamento das diretrizes estatais e das forças de mercado.

3.1 Sistema Hukou – a grande muralha invisível

O Sistema de Registro de Residência (SRR, sigla em português) é um sistema de registro populacional implementado para controlar a migração e também o acesso à comida distribuída pelo governo chinês aos cidadãos urbanos, uma vez que os cidadãos que trabalhavam em atividades agrícolas produziam seus próprios alimentos. Tal política tinha como objetivo garantir o abastecimento urbano para possibilitar o desenvolvimento industrial e urbano (ONG, 2014).

Inicialmente, o SRR (户口) dividia a população chinesa entre cidadãos que estavam engajados em atividades agrícolas e os que se dedicavam a atividades econômicas urbanas, como industriais, comerciais e de serviços. Porém, no período de reformas econômicas houve uma mudança, passando a não existir a distinção de atividades econômicas exercidas, mas sim o local de nascimento. Em um vasto estudo sobre o sistema de registro de residência chinês, o sistema Hukou, e seus impactos na sociedade chinesa, Wang (2005) apresenta quatro diferentes tipos de sistemas de exclusão institucionais definido por diferentes referenciais. São eles: (1) quem você é; (2) o que você possui; (3) onde você está; e (4) o que você faz/fez. Em

linhas gerais, tais tipos são definidos pelos motivos os quais um indivíduo é excluído e/ou discriminado, quais forças garantem o respeito a tais “regras”. (WANG, 2005)

Pode se perceber que diferentemente do tipo 1 e 3, o sistema de exclusão chinês é regulamentado pelo Estado chinês, que estabelece quais cidadãos tem diferente direitos e deveres. De maneira geral, o sistema estabelece na China uma divisão simples entre cidadãos nascidos e residentes de regiões caracterizadas como urbanas ou rurais. Visto que há grandes disparidades na distribuição de renda e emprego entre campo e cidade, tal distinção impacta bastante a sorte dos indivíduos, sendo o local de nascimento o fator determinante de quem terá acesso à educação superior, por exemplo, impactando em sua inserção futura no mercado de trabalho (LI e SICULAR, 2014; LIU, 2015; CHAN e BUCKINGHAN, 2008; ZHANG, 2010; ZHU, 2007; WANG, 2005).

A desigualdade entre o campo e a cidade é tida como consequência do sistema Hukou que não permite igualdade de oportunidades, uma vez que desfavorece quem nasceu no campo, e consequentemente, possui um registro de Hukou rural, sendo privado do acesso a educação, saúde e outros serviços públicos de maior qualidade nas cidades. Ou seja, não tendo o mesmo capital humano valorizado pelo mercado de trabalho (LIU, 2015; ZHANG, 2010).

Apesar de utilizarem de pressupostos analíticos distintos, Liu (2015) e Zhang (2010), em seus estudos a respeito das disparidades entre campo e cidade decorrentes do sistema Hukou, concordam quanto os problemas realçados por tal distinção de tratamento e distribuição de recurso. Liu (2015) procura entender qual o impacto das instituições no indivíduo, especificamente, o sistema Hukou, a partir da análise do censo de registro residencial feito anualmente. Em função do grande impacto negativo na desigualdade rural-urbana provocada pela negação do acesso a cidades do sistema Hukou, o autor propõe, em um primeiro momento, a reforma do sistema, de modo que este também tome as devidas providências para a diminuição efetiva das desigualdades entre diferentes áreas da China. No caso de uma reforma não estrutural, Liu (2015) defende a sua exclusão. Já Zhang (2010) reduz a sua pesquisa a três cidades, porém, com um recorte melhor definido. Ele busca analisar as diferenças entre três tipos de trabalhadores: os migrantes residentes, os trabalhadores locais e os migrantes temporários. A discriminação provocada pelo sistema Hukou afeta drasticamente o grau de empregabilidade dos trabalhadores. Nas palavras do autor, compondo sua análise com a evolução do sistema Hukou, afirma que

“...os trabalhadores locais são subsidiados pelo sistema antigo e protegidos no sistema atual, enquanto os trabalhadores migrantes encaram a competição no mercado de trabalho sem nenhuma proteção, quando desempregados” (ZHANG, 2010, p. *tradução própria.*).

Como pontuado por Singer (1998) em seu trabalho sobre a Economia Política da Urbanização, a migração do campo para cidade em decorrência da concentração de renda nas futuras metrópoles serve como ferramenta para a criação de um exército de reserva regido pelas flexíveis leis do mercado, enquanto caberia ao governo chinês atuar de forma ativa a evitar tal prática e garantir uma maior igualdade de renda que não submetesse os trabalhadores migrantes a aceitarem subempregos com salários baixíssimos e sem direitos trabalhistas. Assim, como no caso brasileiro, os migrantes são, com muita dificuldade, absorvidos em situações desfavoráveis por três motivos: desqualificação em relação ao trabalhador urbano; inferioridade econômica, ou seja, maior vulnerabilidade social; e, ainda, pelo desequilíbrio entre oferta e demanda do mercado de trabalho (SINGER, 1998).

Com uma análise mais simpática as migrações, a autora Fan (2008) afirma que apesar das dificuldades impostas pelo Hukou e pela disparidade entre a qualidade da mão de obra do campo e da cidade, ainda há fortes indícios que a mobilidade da força de trabalho chinesa vai crescer firmemente. São três os argumentos defendidos pela autora, que não podem deixar de ser levados em consideração para o aumento contínuo da mobilidade da mão de obra chinesa. Primeiro, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) aquece a economia chinesa, pondo-a de fato no comércio internacional. Assim, há um incremento na demanda por mão de obra nos aglomerados industriais. Em segundo lugar, o forte desejo da juventude rural em deixar o campo em busca das oportunidades provenientes da vida urbana. E por fim, a saturação do mercado de trabalho não relacionado à agricultura nas vilas, sem perspectiva de crescimento. Os dois últimos argumentos da autora estão relacionados com a forte atração que os meios urbanos têm sobre as forças produtivas, por sua tendência em concentrar ainda mais os capitais produtivos (FAN, 2008). Um maior incentivo à descentralização dos investimentos por área com pouca concentração de renda poderia reverter a situação, incentivando a reversão dos fluxos migratórios.

O lado positivo das migrações campo-cidade é ressaltado por Murph (2002) em um estudo que analisa as migrações a partir da perspectiva do indivíduo migrante:

“ter visto que muitas pessoas sendo diretamente beneficiadas pela migração enquanto outras sofreram muitas dificuldades. No entanto, de modo geral, a migração melhora a vida da população rural ampliando suas perspectivas, melhorando seu acesso a recursos e aumento suas oportunidades de galgar objetivos maiores na vida (MURPH, 2002 p. 216. *tradução própria*).

Concordamos que de alguma maneira, há benefícios decorrentes da migração. No entanto, há que se levar em conta que a concorrência com a força de trabalho nunca se dá de forma igualitária e da existência de todos os custos relativos envolvidos em tal migração, visto que é provável que um trabalhador migrante do campo para cidade acabará desempregado ou sem os benefícios para si e sua família, como escola, sistema de saúde, etc (LIU, 2005). É importante ainda levarmos em consideração que se as motivações para migrar forem econômicas, isto se traduz em certa imposição estrutural sobre o indivíduo que necessita de mais renda (SINGER, 1998).

Ainda dissertando sobre os problemas causados pela migração campo-cidade, Chen e Hamori (2014), aplicam o método generalizante para avaliar o impacto da migração de trabalhadores rurais para cidade no salário relativo dos migrantes e dos trabalhadores locais. A análise dos dados do período que vai de 1993 a 2007 em 29 províncias chinesas, aponta que quanto maior a migração do campo para a cidade, maior será a disparidade entre os salários relativos dos trabalhadores migrantes e locais, ao passo que a média geral dos salários diminui (CHEN e HAMORI, 2014). Por maiores que sejam os ganhos subjetivos a médio e longo prazo para os migrantes admitidos por Murph (2002) em sua análise do indivíduo migrante, analisando os impactos gerais no mercado de trabalho, a migração tende a diminuir os salários na cidade, e principalmente, afetar negativamente os trabalhadores migrantes.

Considerando a dificuldade da construção de uma imagem semelhante à realidade das desigualdades aprofundadas pelo SRR, para elucidar os efeitos do SRR sobre cidadãos rurais da China, segue o relato de uma chinesa nascida no campo com título de mestre em uma universidade de Shanghai versando sobre as diferenças de oportunidades entre cidadãos urbanos e rurais.

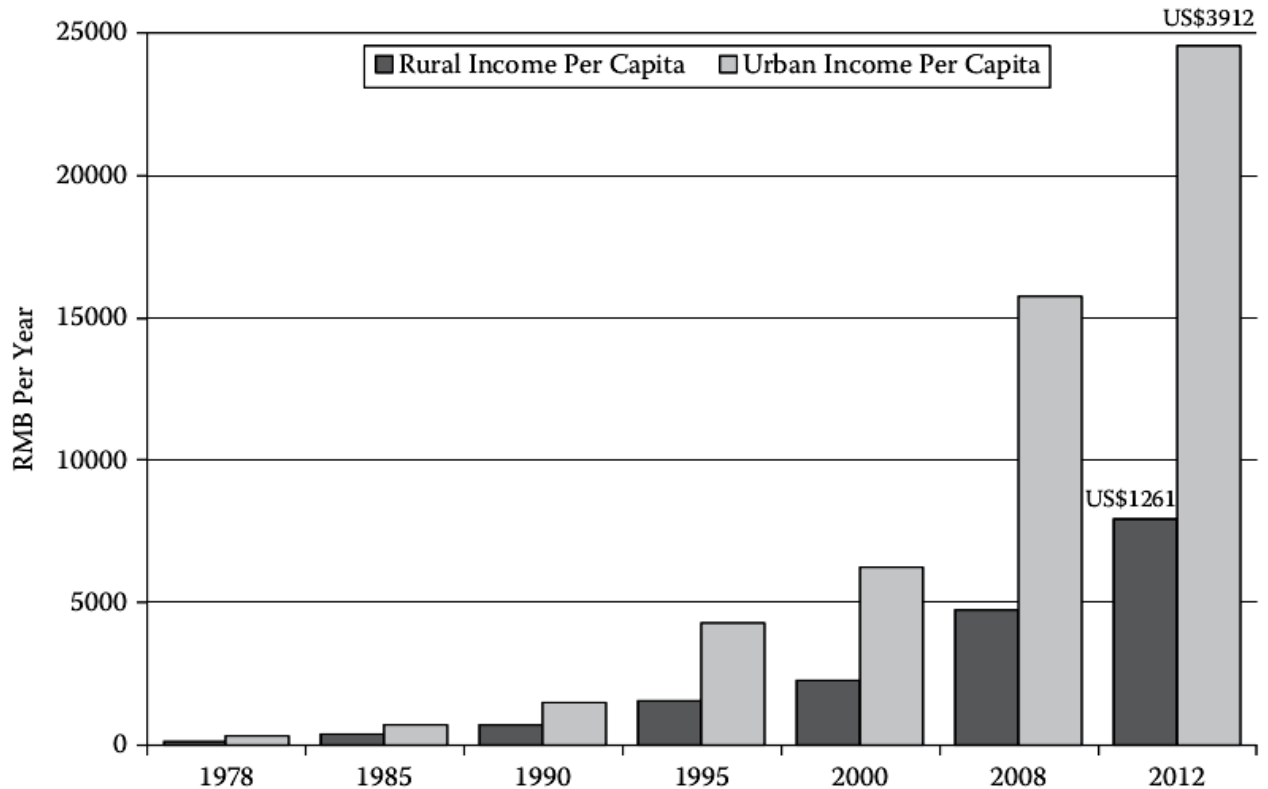
From the moment I was born, our life's path swerved away from each other. I was

given a rural resident card while you got a city one. If I grew up keeping my rural residence, I wouldn't be able to work in the city today. I would also be denied social security, and proper medical care. You might ask: "Why must you come to the city? Isn't the country good enough? The air is fresh, and it's never crowded." But the country has no proper healthcare system. During the SARs scare our country seemed to "suddenly" realize that its rural healthcare was completely defunct. Plus, we have a very small consumer market. Because farmers make very little money and can't afford much, companies refuse to distribute products in our areas. During the New Year only a tiny percent of families can afford the color T.V to watch the New Year's broadcast. The majority of families are still fighting for their basic survival. This is why I want to be in the city. For the object you were simply born with, this city resident card, I have had to fight and struggle (CHINA HUSH, 2011).

O sistema de Registro de Residência durante governo de Mao Zedong, em que não havia mecanismos de mercado, serviu como sistema comum de controle de mobilidade de população e distribuição de alimento entre os setores não autossuficientes da sociedade chinesa, como na antiga URSS, porém com a implementação das reformas econômicas e a comodificação do trabalho e da terra, além de servir para controlar e direcionar os rumos da urbanização chinesa, foi utilizado como forma de liberação de mão de obra para alimentar as demandas da indústria intensiva em mão de obra cada vez mais presente na China contemporânea. E também sua decorrente queda nos salários que afetam não só os trabalhadores migrantes, como também os trabalhadores locais.

3.2 Desigualdades entre campo e cidade

As disparidades entre campo e cidade estão postas em um contexto mais amplo de diferenças. A China, por se tratar de um país de proporções continentais, com uma diversidade de etnias e de biomas muito grande, dificilmente poderia levar a cabo um desenvolvimento de maneira balanceada sem desigualdades inter-regionais.

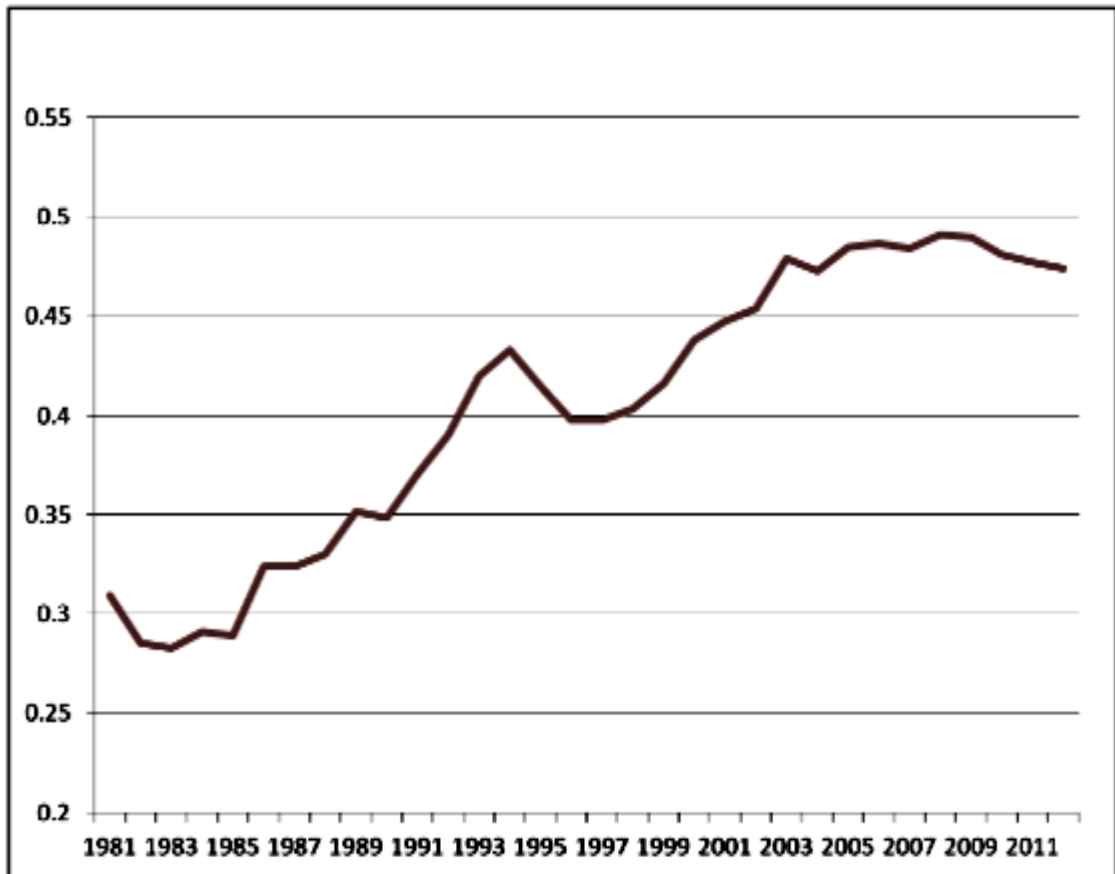
Figura 13: Desigualdade de rendas entre o campo e a cidade - 1978 - 2012

Fonte: Joseph, 2014

Assim como no Brasil, na China, a primeira parcela da força de trabalho a ter direitos básicos previstos por lei foram os trabalhadores urbanos. Durante o período anterior a comodificação da economia chinesa, os trabalhadores da cidade eram providos de vários direitos, como moradia, alimentação, garantia de acesso a saúde e educação, assegurados pelo sistema Danwei. Enquanto, a população rural vivia sem quaisquer direitos, engajados em atividades agrícolas de subsistência, devido a precaridade das técnicas agrícolas e equipamentos.

Ainda, a produção rural precisava abastecer as cidades a preços baixos definidos pelo governo. Um exemplo dessa relação desproporcional entre campo e cidade, inclusive podendo ser caracterizada de parasitaria, se dá durante o Grande Salto para Frente, quando, para mostrar serviço para o governo central, as lideranças locais maquiavam as quantidades produzidas, demonstrando números de produção maiores do que aqueles reais. Na hora de fazer o repasse para as regiões urbanas, obviamente, grande parcela da população rural ficou sem comida, o que, ao fim, acarretou a morte de 10 milhões de pessoas (KNIGHT, SHI e SONG, 2004).

Figura 14: Evolução do Coeficiente Gini - 1981 - 2011



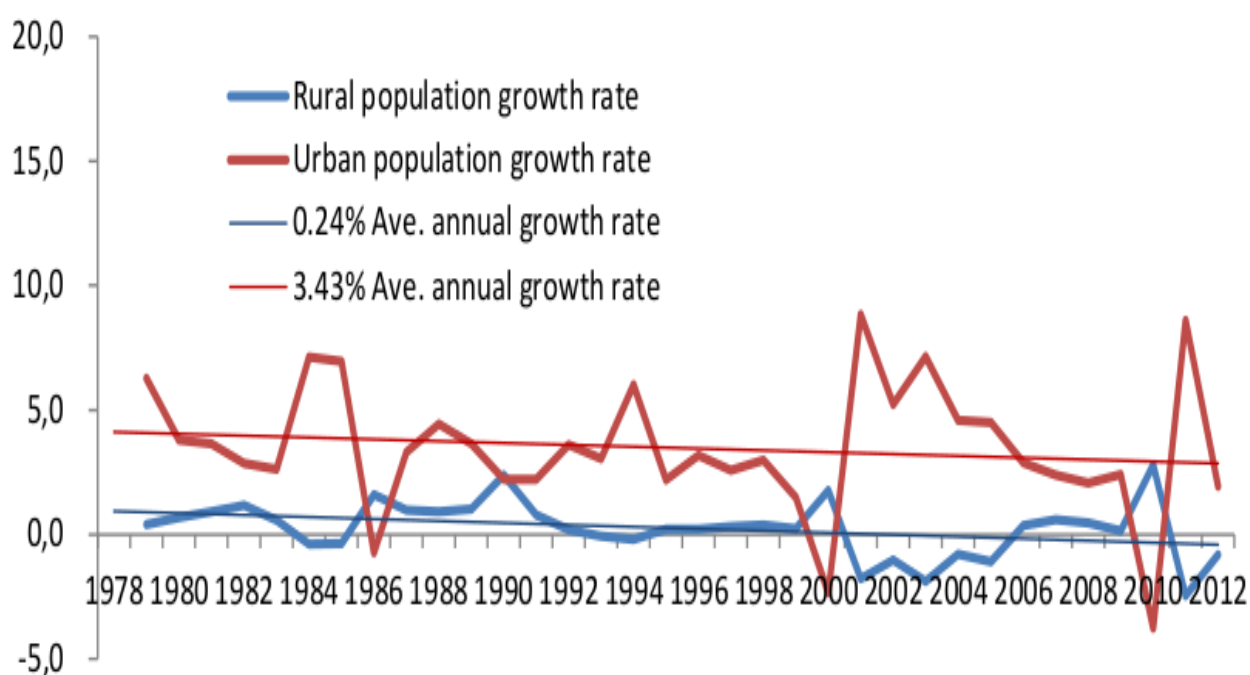
Fonte: SHI, 2012

Durante o período maoista, a China tornou-se uma sociedade bastante igualitária, ainda que os níveis de renda per capita eram significativamente menores, o que se traduzia em padrões de vida baixos, se comparados aos países desenvolvidos. Após o fim do período maoista foram implementadas as Reformas de Mercado, ou seja, houve uma descentralização econômica e introdução de dispositivos de mercado na economia chinesa. Transformando-se de uma economia estritamente planejada para uma economia mais próxima de uma economia de mercado. Entretanto, como podemos ver na Figura 14 acima, as desigualdades medidas pelo coeficiente GINI avançaram consideravelmente (KNIGHT, SHI e SONG, 2004; SHI, 2012).

Na primeira onda das Reformas Econômicas foi implementada a descoletivização da

agricultura que tratou de acabar com as Comunas e reorganizou a produção agrícola em lotes de produção familiar. A nova configuração do campo somada ao fim do controle dos preços dos produtos agrícolas aumentou a produtividade e os níveis de renda, diminuindo a desigualdade de renda entre campo e cidade devido ao forte crescimento anual da economia agrária no período 1978-1984.

Figura 15: Crescimento Populacional Rural-Urbano



Fonte: LI, 2015

O grande crescimento econômico somado ao avanço da transição econômica chinesa impactou diretamente no aprofundamento das desigualdades entre campo e cidade e também entre as diferentes regiões do país. O crescimento econômico estava muito mais ligado as mudanças no campo, enquanto a transição econômica estava relacionado com as mudanças nas áreas urbanas (SHI, 2012, pg 7.).

Ao passo que dispositivos de mercado foram implementados, o que se supõe uma diminuição da atuação estatal, o sistema de registro de residência mantinha sua atuação na manutenção de uma “Grande Muralha Invisível”. Ao analisar qualitativamente, o Estado de Bem-estar social chinês, Gao, Yang e Li (2013) reconhecem que foram feitas mudanças que

geraram melhorias e diminuição nas desigualdades dentro da China, porém os autores afirmam que “One unique feature of the Chinese social welfare system is its sharp urban-rural contrast: the urban system is much more comprehensive and generous while the rural one is minimal and residual.” (GAO; YANG; LI, 2013. pg 744) A construção e consolidação do abismo tão grande entre os dois mundos, rural e urbano, na China se deu ao longo de 60 anos, desde a implementação do SRR, assim, ainda que haja um processo de harmonização entre campo e cidade, este processo demandará muito tempo e investimentos para que se consolide (GAO; YANG; LI, 2013; SHI, 2012; KNIGHT, SHI e SONG, 2004).

A desigualdade de renda entre campo e cidade cresceu após o as Reformas de 1978, porém também houve um aumento considerável da renda nos meios rurais em termos absolutos. Em razão do desenvolvimento do campo e seu respectivo aumento dos salários, do que de um abandono do “urban bias”. O governo chinês tem dado uma maior atenção ao campo na construção de uma “Sociedade Harmoniosa” auxiliada pela construção de um “Novo Interior Socialista”, a ver as metas estipuladas nos últimos dois planos quinquenais.

Acabar com as desigualdades é um grande desafio comum a todos os países do mundo, talvez uma tarefa mais árdua para China em função de seu tamanho e de sua numerosa população. Existem muito mais mecanismos que criam e aprofundam as desigualdades do que instrumentos para erradicá-las. Sendo assim, a busca de uma equidade de investimentos e desenvolvimento ao longo do território chinês, de modo a gerar mais empregos juntamente com o fim da “Grande Muralha invisível” que impede que os direitos básicos se estendam a todos os cidadãos chineses são vistos como os passos mais imediatos para o governo chinês (SHI, 2012; KNIGHT, SONG e SHI, 2004; GAO et al, 2013; OI, 1993).

3.3 Migrações do campo à cidade

Durante a maior parte da história a mobilidade populacional na China sempre foi muito baixa, aumenta na pré-comunista os deslocamentos se restringiam a visitas a familiares em vilas e outras localidades próximas durante feriados nacionais. As restrições a uma maior movimentação se dava em função da inexistência de aparato logístico e de meios econômicos para tanto, uma vez que não havia a possibilidade dos camponeses, que comportavam mais de 90% da população chinesa até 1949, deixarem suas terras por qualquer período de tempo.

Nas primeiras três décadas do período comunista é bastante complicado avaliar a

quantidade e a forma das movimentações da população em função da negligência do estudo das migrações durante esta época, graças à escassez de dados e até mesmo de sua classificação. Porém, há autores que afirmam que houve migração rumo às cidades, visto que o processo de industrialização chinês deu-se na área urbana e demandava mão de obra. Ainda, o projeto de desenvolvimento industrial chinês era puxado pela indústria de base, que não era intensiva em mão de obra. Então, há evidências para acreditarmos que apesar de ter sido um período de relativa imobilidade populacional devido à falta de infraestrutura, houve o deslocamento populacional para atender a demanda do projeto desenvolvimentista chinês, uma vez que durante toda a década de 1950, a população urbana totalizava em torno de 10% da população chinesa (FAN, 2005; WANG, 1999).

Ainda no período maoista, houve migrações no sentido oposto, das cidades para o campo, que ocorreram em dois momentos. Primeiro, no Grande Salto para Frente, em que as bases da industrialização seriam construídas individualmente, ou seja, cada família se engajaria a produzir os insumos industriais em suas próprias casas. Para isso, foi necessário o deslocamento de jovens estudantes e profissionais qualificados para o campo. Além disso, a Revolução Cultural promoveu o segundo movimento forçado de chineses, movendo aqueles que o regime considerava “inimigos” e “subversivos” para zonas rurais e inóspitas.

Com a morte de Mao Zedong em 1976, foi possível dar início das reformas de 1978. Como dito anteriormente, a descoletivização do campo e as demais reformas econômicas (abertura econômica, criação das ZEE, etc), ao passo que criou a necessidade de mão de obra nos centros urbanos incipientes e a nas indústrias leves que agora se tornariam a força motriz do desenvolvimento chinês, também criou mecanismos para que houvesse o excesso de mão de obra no campo para atender a esta demanda, (mingongchao, termo em chinês).

O processo migratório iniciado no início da década de 1980, ainda reflete muitas características dos fluxos de migração dos dias atuais. De maneira simplificada, na China há dois tipos de migrantes: migrantes permanentes e migrantes temporários. Esta distinção está relacionada à permissão ou não para estabelecer residência em determinada região, não refletindo fielmente a intenção dos migrantes. Visto que o sistema Hukou estabelece passaportes urbanos e rurais e proíbe o estabelecimento de residência de camponeses em centros urbanos maiores (FAN, 2005; CHAN, 1999).

Figura 16: Setores em que trabalham os trabalhadores migrantes (%)

Setor da Economia	Montante Total	Trabalhadores Migrantes	Trabalhadores Migrantes Locais
Manufatura	31,4	35	27,5
Construção	22,2	23,5	20,8
Atacado e varejo	11,3	8,1	14,8
Transporte, armazenagem e logística	6,3	4,6	8,1
Hoteleria e alimentação	5,9	7	4,7
Serviços comunitários	10,6	9,4	11,9
Outros	12,3	12,4	12,2

Fonte: LI, 2015

Os migrantes permanentes (ou Hukouren) são aqueles autorizados pelo governo chinês a estabelecer residência em outro local. Geralmente, são cidadãos urbanos (hukou urbano em chinês) com grau avançado de escolaridade e qualificação profissional. O fato de terem nascido em cidades e possuírem o Hukou urbano já os qualifica para movimentar-se livremente. Há também camponeses, ou seja, cidadãos chineses com o passaporte rural, que migram para as cidades e lá estabelecem moradia e até adquirem o “Hukou urbano”, porém é uma pequena minoria. Em geral, são estudantes universitários, servidores públicos, membros do PCC ou trabalhadores qualificados devidamente contratados por uma empresa.

Já os migrantes temporários (流动人口) são este imenso fluxo de pessoas que anualmente transbordam os centros urbanos da China. Ao mesmo tempo que podem tornar-se um problema para China, consistem em elementos essenciais para impulsionar o crescimento chinês, representando uma mão de obra barata e uma possibilidade de expansão do mercado interno consumidor. Também são denominados de População Flutuante (流动人口) pelo governo chinês. Em função das barreiras para a migração, a grande maioria dos migrantes encontra-se em situação ilegal nas cidades e isso contribui para a dificuldade que o governo

tem de estabelecer com clareza quem migra, para onde migra e como migra. Então, o critério para estabelecer a quantidade de migrantes é baseada nos registros de residência.

Figura 17: População Migrantes na China

(1 milhão de pessoas)

ANO	População com Inconsistência no Registro de Residência	População Flutuante
2000	144	121
2005	-	147
2010	261	221
2011	271	230
2012	279	236

a) Dados de 2000 e 2010 retirados do Censo Nacional da População e os demais são estimados com base nas amostras de pesquisas populacionais anuais.

Fonte: CHINA, 2014

Como podemos ver na figura 17 acima, há duas categorias de população com inconsistência no Registro de Residência. O grupo caracterizado como migrante é a “População Flutuante”. A diferença entre os dois grupos é a localização. A população flutuante é corresponde aos indivíduos que moram fora da sua localidade de origem, limitando-se somente a cidadãos rurais, pois os cidadãos urbanos não teriam motivos para não informar sua nova residência. Já o primeiro grupo “População com Inconsistência no Registro de Residência” diz respeito a quem está morando em um endereço diferente do registrado anteriormente, porém na mesma localidade.

Figura 18: Total de Migrantes entre 2008 e 2013 em milhões de pessoas

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Trabalhadores Migrantes	225,42	229,78	242,23	252,78	262,61	268,94
Trabalhadores Migrantes (distância longa)	140,41	145,33	153,53	158,63	163,36	166,1
Trabalhadores Migrantes Locais (distância curta)	85,01	84,45	88,88	94,15	99,25	102,84
Taxa de crescimento anual (%)	-8,5	1,93	5,41	4,36	3,89	2,41

Fonte: LI, 2015

Dentre os problemas enfrentados pelos trabalhadores migrantes, além da falta dos benefícios garantidos aos cidadãos urbanos e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a falta de legislação trabalhista pode ser considerado o mais importante. Os migrantes, por sua baixa qualificação, eram coagidos aceitar subempregos atendendo as exigências dos empregadores. Porém, a partir de 2008, com a criação da Lei de Contratos de Trabalho, houve uma maior atenção aos direitos dos trabalhadores migrantes (ONG, 2014). O objetivo principal desta lei é diminuir o mercado informal e ilegal. Ainda sobre emprego, os estudantes universitários recém-formados são outro ponto de pressão. Uma vez que não há empregos de qualidade e com remunerações suficientes, acabam sendo subempregados ou nem mesmo conseguem qualquer emprego. Esses jovens com diploma e sem emprego podem ser um perigo para a estabilidade social do país, então, o PCC se vê forçado a inovar e criar os meios para que seja possível a criação de tantos empregos quanto os necessários, tendo em vista os 250 milhões de pessoas estimadas para migrar para a cidade nos próximos anos e o número cada vez maior de cidadãos com diploma (JOSEPH, 2014; ONG, 2014).

Há também uma nova configuração do mercado de trabalhadores migrantes. Pode-se dizer que os fluxos de migração do campo para a cidade tomaram força com as reformas

econômicas de 1978 e as ondas de reformas que foram implementadas em seguida. Assim, há duas gerações de trabalhadores migrantes. A primeira geração era composta por camponeses que de fato trabalhavam com a agricultura, porém viram-se obrigados a buscar, de tempos em tempos, outras fontes de renda. Não existindo possibilidades nas suas localidades, puseram-se a migrar. Porém, ainda continuavam fortemente ligados a terra e devido a sua breve estada nos trabalhos nos centros urbanos, não tinham o ímpeto nem as capacidades de organização para cobrar melhores condições de trabalho.

Atualmente, as cidades estão recebendo um grande fluxo da “Nova Geração de Trabalhadores Migrantes”. Estes, nascidos depois dos anos 80, são filhos de agricultores, mas não tinham nenhuma relação mais íntima com a terra. Esta nova geração foi educada para buscar uma vida mais digna. Ou vão para a universidade ou vão direto buscar um emprego para começar a vida nas cidades. Devido ao seu desprendimento em relação ao campo e sua vontade de construir uma vida nos centros urbanos, também estão mais dispostos a se articularem como força trabalhista por mais direitos, ou, em muitos casos, pelo cumprimento dos contratos estabelecidos (FAN et CHEN, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível perceber a complexidade do processo de transição socioeconômico pelo qual a China vem passando durante os últimos 35 anos. Como componente relevante do processo, temos a evolução das migrações do campo para as cidades e suas características específicas, que estão relacionadas de forma intrínseca com as estratégias e as opções de desenvolvimento definidas pelo governo central. Como resultado desse processo, o total de migrantes internos na China extrapolou 20% da população total do país (CHINA, 2014), o que se traduz em mais uma população brasileira inteira que, diante das políticas relacionadas ao fluxo de trabalhadores internos, acaba, muitas vezes, restringida de acesso a direitos básicos, como educação, saúde e seguridade social.

Sem perder de vista os impactos dessas migrações, é necessário que nos atenhamos nas forças que exercem pressão sobre os movimentos migratórios (WANG, 2005). No período analisado (1949–2015), levando em consideração as grandes transformações que ocorreram na sociedade chinesa, evidencia-se uma distinção bastante clara entre os períodos maoistas (1949-1976) e o período pós-reformas de Deng Xiaoping (1978 – hoje), principalmente, tratando-se das migrações do campo às cidades. No primeiro momento, notamos a atuação do Estado como única força de pressão sobre as migrações, devido à baixa mobilidade populacional, que estava condicionada unicamente às necessidades estatais. Temos claro que motivações econômicas, além de políticas, também estão envolvidas nas ações estatais, porém não há uma incidência direta das forças de mercado sobre as migrações do campo para a cidade no período em questão, especialmente pela razão de não haver dispositivos de economia de mercado fundamentados na sociedade chinesa.

Todavia, com as Reformas Econômicas levadas a diante por Deng Xiaoping a partir de 1978, houve a introdução de medidas que buscavam alcançar uma maior dinamicidade da economia chinesa, para que fosse possível a manutenção das altas taxas de crescimento anuais, sustentadas por meio de uma ativa – e nova participação no comércio mundial. Para tanto, foi necessário a introdução gradual de uma série de mecanismos de mercado, como a liberação da entrada de capitais estrangeiros, a comodificação da terra e do trabalho (salários, arrendamento de terras, concessão de terras) e a liberação da propriedade privada de empresas (JOSEPH, 2014). A partir de então, verificam-se as forças de mercado como uma

nova fonte de pressão migratória sobre a sociedade chinesa.

Assim, atualmente, duas forças exercem pressão sobre os fluxos migratórios na sociedade chinesa, o Estado chinês e as forças do mercado. A presença do Estado chinês no controle das migrações pode ser percebida, principalmente, na manutenção do Sistema de Registro de Residência (SRR sigla em português) e, também, em outros aspectos decorrentes da atuação do Estado, como diretrizes de desenvolvimento econômico e social (CAI, 2003; WANG, 2004).

Os impactos da pressão das forças de mercado sobre os movimentos migratórios do campo para a cidade podem ser percebidos à medida que se aprofundam as desigualdades intrarregionais e interregionais, principalmente tratando-se dos níveis de renda e de investimento. Tendo em vista a tendência da concentração e acumulação de capitais nas áreas urbanas, na medida em que as estruturas de produção capitalistas se desenvolvem, pode haver um incremento nas desigualdades entre campo e cidade e, conseqüentemente, um futuro aumento relativo da atuação das forças do mercado no processo migratório (SINGER, 2002).

Como se desenhará a sociedade chinesa no futuro próximo está bastante relacionado à implementação ou não de reformas em seu sistema de exclusão institucional, o SRR. No atual estágio de desenvolvimento chinês, caracterizado por uma economia de mercado fortemente regulada pelo Estado, a migração interna na China está se desenvolvendo sob a esfera de influência de duas forças díspares, o SRR e as forças do mercado (WANG, 2005). Constatamos que, apesar da estrutura do controle de migração ser bastante rígida e controlada pelo Estado Chinês, vê-se também uma flexibilidade dos deslocamentos populacionais influenciados pelas forças de mercado. Hoje existem mais de 260 milhões de migrantes internos na China e há estimativas que este montante ultrapassará 300 milhões em menos de uma década (CHINA 2014; FAN, 2008; ZHU, 2007).

Levando em consideração o foco na questão relativa às migrações internas na China contemporânea, foge ao âmbito deste trabalho o aprofundamento de questões importantes para o desenvolvimento chinês e sua participação no sistema internacional, tanto política quanto economicamente. Como continuidade dessa pesquisa, propõe-se, então, a análise dos rumos das transformações da estrutura produtiva chinesa e seus objetivos de inserção no mercado internacional. haja visto suas diretrizes estabelecida sob os ditames do 12º Plano Quinquenal (2011 - 2015) e de seu aprofundamento no 13º Plano Quinquenal (2016 – 2020),

REFERÊNCIAS

AHLERS, A. L.; SCHUBERT, G. “Building a new socialist countryside”—only a political slogan? **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 38, n. 4, p. 35–62, 2010.

BIAO, X. How far are the left-behind left behind? A preliminary study in rural China. **Population, Space and Place**, v. 13, n. 3, p. 179–191, maio 2007.

CAI, Y. China’s new demographic reality: learning from the 2010 census. **Population and development review**, v. 39, n. 3, p. 371–396, 2013.

CHAN, K. W. China’s urbanization 2020: a new blueprint and direction. **Eurasian Geography and Economics**, v. 55, n. 1, p. 1–9, 2 jan. 2014.

CHAN, K. W. Fundamentals of China’s urbanization and policy. **China Review**, p. 63–93, 2010.

CHAN, K. W. Misconceptions and complexities in the study of China’s cities: Definitions, statistics, and implications. **Eurasian Geography and Economics**, v. 48, n. 4, p. 383–412, 2007.

CHAN, K. W. Rural-urban migration in China, 1950–1982: estimates and analysis. **Urban Geography**, v. 9, n. 1, p. 53–84, 1988.

CHAN, K. W.; LIU, T.; YANG, Y. Hukou and non-hukou migrations in China: comparisons and contrasts. **International Journal of Population Geography**, v. 5, n. 6, p. 425, 1999.

CHAN, K. W.; ZHANG, L. The hukou system and rural-urban migration in China: Processes and changes. **The China Quarterly**, v. 160, p. 818–855, 1999.

CHAN, W. Kam; BUCKINGHAM, Will. Is China Abolishing the Hukou System? **The China Quarterly**, v. 195, 2008.

CHANG, H. G.; BRADA, J. C. China’s urbanization lag during the period of reform: A paradox. **University of Toledo, USA**, 2002.

CHANG, K. Chinese urbanization and development before and after economic reform: A comparative reappraisal. **World Development**, v. 22, n. 4, p. 601–613, 1994.

CHINA. **China Statistical Yearbook. 2014.** Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/AnnualData>>

CHEN, Guifu; HAMORI, Shigeyuki. **Rural Labor Migration, Discrimination, and the New Dual Labor Market in China**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014.

CHUNG, J. H.; LAM, T. China's in Flux: Explaining Post-Mao Administrative Changes. **The China Quarterly**, v. 180, p. 945–964, dez. 2004.

DIAMOND, J. M. **Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. [s.l.] Record, 2005.

FAN, C.; CHEN, C. **New generation migrant workers in china 2013**

FAN, C. C. Interprovincial migration, population redistribution, and regional development in China: 1990 and 2000 census comparisons. **The Professional Geographer**, v. 57, n. 2, p. 295–311, 2005.

FAN, C. Cindy. **China on the move: migration, the state, and the household**. London ; New York: Routledge, 2008. (Routledge studies in human geography, 21).

FANG, C.; WANG, D. "Migration as Marketization: What Can We Learn from China's 2000 Census Data?". *China Review* v. 3, n. 2. Chinese University Press: 73–93. 2003

FRIEDMAN, E. **Insurgency trap: Labor politics in postsocialist China**, Cornell University Press, 2014.

Full text of Constitution of Communist Party of China - People's Daily Online. Disponível em: <<http://english.cpc.people.com.cn/206972/206981/8188065.html>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GAO, Q.; YANG, S.; LI, S. The Chinese Welfare State in Transition: 1988–2007. **Journal of Social Policy**, v. 42, n. 04, p. 743–762, out. 2013.

GRIMSON, Alejandro. Doce equívocos sobre las migraciones. **Nueva sociedad**, v. 233, p. 34–43, 2011.

GUANG, Lei. The State Connection in China's Rural-Urban Migration1. **International Migration Review**, v. 39, n. 2, p. 354–380, 2005.

HO, P.; EYFERTH, J. J. K.; VERMEER, E. B. **Rural development in transitional China the new agriculture**. London; Portland, OR: Frank Cass, 2004.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (ED.). **Migrant well-being and development**. Geneva: IOM, 2013.

JANOSKI, T. Citizenship in China: a Comparison of Rights with the East and West. **Journal of Chinese Political Science**, v. 19, n. 4, p. 365–385, dez. 2014.

JOSEPH, W. A. (ED.). **Politics in China: an introduction**. Second edition ed. New York, NY: Oxford University Press, 2014.

KENNEDY, J. J. From the Tax-for-Fee Reform to the Abolition of Agricultural Taxes: The Impact on Township Governments in North-west China. **The China Quarterly**, v. 189, p. 43, mar. 2007.

KNIGHT, John; SHI, Li; SONG, Lina. The rural–urban divide and the evolution of political economy in China. **Human Development in the Era of Globalization: Essays in Honor of Keith B. Griffin**, p. 44, 2006.

LEE, E. S. A Theory of Migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47, 1966.

LI, C. **Transições na economia de mão de obra excedente: um estudo de caso da mobilidade da mão de obra rural na China**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 2014.

LI, Shi; SICULAR, Terry. The Distribution of Household Income in China: Inequality, Poverty and Policies. **The China Quarterly**, v. 217, p. 1–41, 2014.

LIU, S. et al. The regional types of China's floating population: Identification methods and spatial patterns. **Journal of Geographical Sciences**, v. 21, n. 1, p. 35–48, fev. 2011.

LIU, Zhiqiang. Institution and inequality: the hukou system in China. **Journal of Comparative Economics**, v. 33, n. 1, p. 133–157, 2005. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0147596704000952>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

LU, J. **Varieties of governance in China: migration and institutional change in Chinese villages**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2015.

MEISNER, M.J. **Marxism, Maoism, and Utopianism: Eight Essays**, University of Wisconsin Press, 1982

MILLER, Tom. **China's Urban Billion the story behind the biggest migration in human history**. London: Zed Books, 2012. Disponível em: <<http://public.ebib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=1069837>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MURPHY, R. **How migrant labor is changing rural China**. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2002.

National Bureau of Statistics of China. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

NAUGHTON, B. **The Chinese economy: transitions and growth**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2007.

- OI, J. C. Reform and Urban Bias in China. **Journal of Development Studies**, v. 29, n. 4, p. 129–148, jul. 1993.
- ONG, L. H. State-Led Urbanization in China: Skyscrapers, Land Revenue and “Concentrated Villages”. **The China Quarterly**, v. 217, p. 162–179, mar. 2014.
- ONU. **Report sobre migrações internacionais 2003**
- PORTES, Alejandro. Migración y desarrollo: un intento de conciliar perspectivas opuestas. **Nueva sociedad**, v. 233, p. 44–67, 2011.
- RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167, jun. 1885.
- SHAMBAUGH, David L. (Org.). **The modern Chinese state**. New York: Cambridge University Press, 2000. (Cambridge modern China series).
- SHI, Li. Changes in income inequality in China in the past three decades. [s.d.].
- SHI, S.-J. Towards Inclusive Social Citizenship? Rethinking China’s Social Security in the Trend towards Urban–Rural Harmonisation. **Journal of Social Policy**, v. 41, n. 04, p. 789–810, out. 2012.
- SICULAR, T. et al. The urban–rural income gap and inequality in China. **Review of Income and Wealth**, v. 53, n. 1, p. 93–126, 2007.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**, 14. ed. revista (1ed. Em 1998). São Paulo, Contexto, 2002
- SONG, S.; ZHANG, K. H. Urbanisation and City Size Distribution in China. **Urban Studies**, v. 39, n. 12, p. 2317–2327, 1 nov. 2002.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **China national human development report 2013: sustainable and liveable cities : toward ecological civilization**. 2013.
- VEECK, G. (ED.). **China’s geography: globalization and the dynamics of political, economic, and social change**. 2nd ed ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.
- WANG, F.-L. Reformed Migration Control and New Targeted People: China’s Hukou System in the 2000s. **The China Quarterly**, v. 177, p. 115–132, mar. 2004.
- WANG, Fei-Ling. **Organizing through division and exclusion: China’s Hukou system**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 2005.
- WANK, David. Commodifying communism. **Bruce J. Dickson, Red Capitalists in**

China: The Party, Private Entrepreneurs, and Prospects for Political Change, 1999.

WORLD BANK; WORLD BANK. **Urban China: Toward Efficient, Inclusive, and Sustainable Urbanization**. [s.l.] The World Bank, 2014.

XU, Zelai; ZHU, Nong. **City size distribution in China: are large cities dominant?**. CIRANO, 2014.

ZELINSKY, W. The Hypothesis of the Mobility Transition. **Geographical Review**, v. 61, n. 2, p. 219, abr. 1971.

ZHANG, Huafeng. The Hukou system's constraints on migrant workers' job mobility in Chinese cities. **China Economic Review**, v. 21, n. 1, p. 51–64, 2010. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1043951X09001503>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

ZHANG, K. H. What Explains China's Rising Urbanisation in the Reform Era? **Urban Studies**, v. 39, n. 12, p. 2301–2315, 1 nov. 2002.

ZHANG, K. H.; SONG, S. Rural–urban migration and urbanization in China: Evidence from time-series and cross-section analyses. **China Economic Review**, v. 14, n. 4, p. 386–400, jan. 2003.

ZHANG, M. **China's poor regions rural-urban migration, poverty, economic reform, and urbanisation**. London; New York: RoutledgeCurzon, 2003.

ZHU, Yu. China's floating population and their settlement intention in the cities: Beyond the Hukou reform. **Habitat International**, v. 31, n. 1, p. 65–76, 2007.

ZIZHI, H.; DEGANG, Z. Country Pasture/Forage Resource Profiles. 2006.

The Far More Important “Election” Part 1: China's Political Process | Zero Hedge. Disponível em: <<http://www.zerohedge.com/news/2012-11-05/far-more-important-election-part-1-chinas-political-process>>. Acesso em: 18 nov. 2015.